

Revista dos
Bancários

 **CONTRAF**
Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro
Retrospectiva/2016



LUTA,
RESISTÊNCIA
E MOBILIZAÇÃO

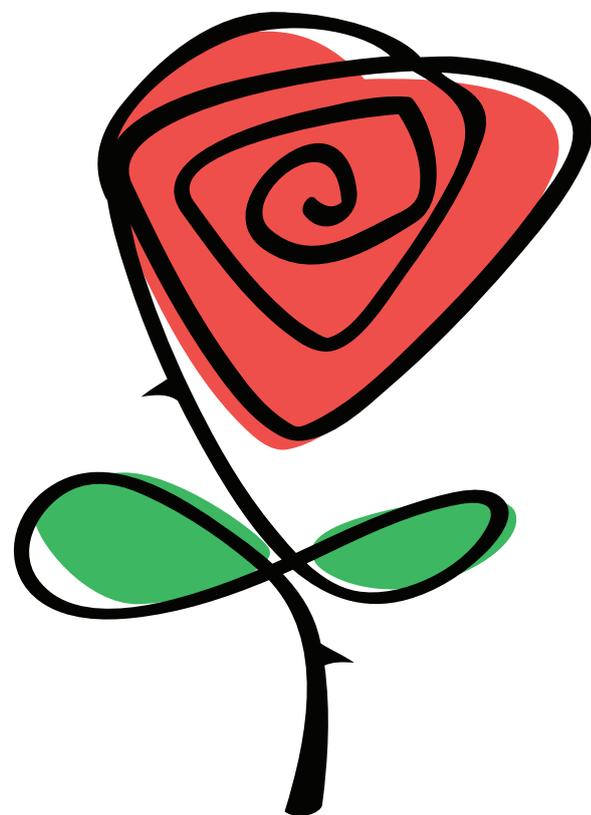
**Bancários fazem
a maior greve dos
últimos 20 anos**



Índice

- 3 EDITORIAL
- 4 CAMPANHA NACIONAL 2016
- 5 18ª CONFERÊNCIA NACIONAL
- 16 CAIXA
- 22 BANCO DO BRASIL
- 27 BANCOS REGIONAIS
- 30 FINANCIÁRIOS
- 32 COMANDO NACIONAL DOS BANCÁRIOS
- 36 CAMPANHA “SE É PÚBLICO É PARA TODOS”
- 38 3º ENCONTRO DA ALIANÇA LATINO-AMERICANA EM DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS
- 40 1º SEMINÁRIO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO E SOCIEDADE
- 43 SEMINÁRIO SOBRE PLR DA CATEGORIA
- 44 TERCEIRIZAÇÃO
- 45 BANCÁRIAS INTENSIFICAM A LUTA
- 46 1º ENCONTRO NACIONAL DA JUVENTUDE
- 48 CURSO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE SAÚDE
- 50 3º FÓRUM PELA VISIBILIDADE NEGRA NO SISTEMA FINANCEIRO
- 52 CAMPANHA DE MÍDIA FORTE TEM GRANDE PODER DE MOBILIZAÇÃO

SÓ
A LUTA TE
GARANTE





Roberto von der Osten - presidente da Contraf-CUT

Editorial

Um ano de luta, mobilização e resistência!

Um ano difícil, uma conjuntura política turbulenta e uma democracia golpeada.

O ano de 2016 ficará marcado na história do Brasil como o ano de forte resistência da classe trabalhadora. O ano de constante ameaça aos direitos trabalhistas, ao patrimônio público brasileiro e seu papel estratégico para o desenvolvimento e a soberania do país.

O ano do golpe de Estado.

O ano da resistência, da luta pela igualdade de oportunidades, tolerância e respeito. O ano em que a categoria bancária deu o recado para cada companheiro e companheira de trabalho: **Só a luta te garante!**

Nunca um mote disse tanto sobre a conjuntura e sobre a vida!

A Campanha Nacional deste ano atravessou por este cenário de caos e instabilidade política, social e econômica. Passou por violentos ataques aos trabalhadores e pela falência da democracia, que foi golpeada com o início do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Em meio a esta conjuntura tumultuada, iniciamos uma negociação com o setor que mais lucra na economia do país. Mais uma vez a ganância sobrepôs à responsabilidade social. E os bancos endureceram para atender às nossas justas reivindicações.

Ao escolhermos a rosa como o mote da nossa campanha, estrategicamente escolhemos uma maneira de contrapor a intransigência, a ganância e ao descaso dos banqueiros com aqueles que são os verdadeiros responsáveis pelos seus lucros exorbitantes. A construção da figura da rosa somou os símbolos da igualdade, resistência, luta e tolerância.

Sábua escolha. O mote da campanha dialogou e mobilizou toda a categoria, que

realizou uma campanha forte e unificada.

Entregamos nossa Minuta de Reivindicações aos banqueiros no dia 9 de agosto e iniciamos as negociações em 18 e 19 de agosto. Rapidamente percebemos que os banqueiros pretendiam impor uma derrota para os bancários. Após, infrutíferas rodadas de negociação, os banqueiros só foram capazes de nos apresentar uma proposta de reajuste de salários de 6,5%, feita no dia 29 de agosto, diante de uma inflação de 9,62%.

No dia seguinte a esta proposta a presidenta Dilma Rousseff foi impedida, assumindo a presidência o seu vice, Temer. As coisas ficavam mais claras.

Numa triste manhã de quarta-feira, no dia 31 de agosto de 2016, assistimos a falência da nossa mais valorosa rosa, a democracia. Em uma página infeliz da nossa história, os poderosos a mataram.

Não foi difícil de avaliar que esta proposta insuficiente estava seguramente vinculada à mudança de direção do governo, afinal o presidente que assumia nunca escondeu seus objetivos de atacar direitos fundamentais dos trabalhadores.

A coordenação do Comando comunicou aos banqueiros que levaria a proposta às assembleias de avaliação, mas que defenderia a sua recusa. Nada disso alterou a posição intransigente dos bancos.

As assembleias decidiram, por quase unanimidade, que os bancários entrariam em greve a partir do dia 6 de setembro. Isto, de cara, era um desafio. Seríamos a primeira grande categoria a entrar em greve após a posse de um governo golpista, privatista e neoliberal.

De um lado os bancários, uma categoria de grande mobilização, articulados em uma unidade nacional de grande poder de ação. De outro os banqueiros, o segmento mais poderoso da economia e os organizadores da linha macroeconômica do governo. Foram os escalados para dar uma demonstração de força para o movimento sindical, mostrando que os tempos mudaram e que agora o jogo é bruto.

Iniciamos a mais longa greve da categoria, que adquiriu uma força que surpreendeu os banqueiros. Diferente do que tinham projetado, tiveram de ir mudando suas ofertas e retomando as negociações interrompidas para desestabilizar o movimento.

Os bancários e bancárias da base, que não haviam entendido as lutas dos

sindicatos desde o início do ano em defesa da democracia e de nossos direitos, começaram a se reaproximar por entenderem que coisa pior estava por trás da dureza dos banqueiros. Sentiram confiança e que estavam bem representados. Isto estimulou e redobrou a coragem dos dirigentes sindicais.

Foram 31 dias de lutas, de ansiedade e de muita força de vontade até a assembleia que aceitou a proposta que conquistamos dos bancos. É bem verdade que não conseguimos a reposição de inflação, mas conseguimos algo muito maior, a oportunidade de politização e o respeito da categoria que representamos. Se o acordo não é o dos nossos sonhos, está longe também de ser a derrota que os banqueiros desejavam nos impor.

A conquista do abono dos dias parados coroou a campanha e calou os que duvidavam da nossa capacidade de luta na conjuntura adversa. Prevista para ser utilizada como punição para todos os trabalhadores e seus sindicatos, foi derrotada pela nossa tenacidade.

Valeu a luta! Estão de parabéns, todos os dirigentes sindicais, que tiveram a capacidade de dobrar os banqueiros, e principalmente a categoria bancária, esta categoria orgulhosa da sua mobilização e da sua unidade. Cada bancário e cada bancária, por todo o Brasil, em todas as cidades, estiveram disciplinadamente, pacificamente e convictos na frente de uma agência ou centro administrativo conversando com os companheiros de trabalho, animando, encorajando, convencendo, dizendo que coragem não é não ter medo. É dominar o medo.

Outras categorias imediatamente homenagearam nossa Campanha Nacional pela coragem e pelo resultado. Diversos textos de análise acadêmica relataram o ineditismo da campanha e a magnitude da nossa resistência.

Se o governo e os banqueiros pretendiam nos derrotar e fazer da nossa derrota um aviso para todas as outras categorias, não deu certo. Pelo contrário, mostramos que é possível lutar contra eles. Mostramos que com mobilização, com a unidade e com a capacidade de negociação dos trabalhadores podemos garantir direitos e avançar, mesmo nas condições mais imprevisíveis.

Somos um exemplo de luta, de criatividade, mobilização e resistência.

Só a luta nos garante!

Campanha Nacional 2016

Greve histórica vence intransigência dos banqueiros



A categoria bancária realizou grande mobilização em todo o Brasil com a mais longa e forte greve dos últimos tempos, com um feito inédito de acordo bianual

Unidade, resistência e luta, foram os três pilares da Campanha Nacional dos Bancários 2016. Com o mote 'só a luta te garante', a forte mobilização da categoria resultou em uma greve histórica de 31 dias, a maior dos últimos 20 anos, que dobrou o descaso dos banqueiros e conquistou avanços para além da remuneração.

Com um acordo inédito de dois anos, a categoria provou que a luta não é só por índice de reajuste. Além da conquista do abono dos dias parados, que coroou a campanha, a forte mobilização conquistou 8% de reajuste mais abono de R\$3,5 mil, em 2016. No vale-alimentação o reajuste foi maior, de 15% e no vale-refeição e no auxílio creche/babá foi de 10%. Para 2017, a Fenaban aceitou repor integralmente a inflação (INPC/IBGE) mais 1% de aumento real nos salários e em todas as verbas.

Diante de dias conflituosos e de uma atual conjuntura política de retrocessos, com constante ameaça de retiradas de direitos da classe trabalhadora, uma das prioridades da Campanha Nacional deste ano foi a luta pela defesa do emprego, sendo tema constante de debate com a Fenaban. Neste sentido, a negociação conquistou a instalação de um Centro

de Realocação e Requalificação Profissional nos bancos. Com participação bipartite, o projeto vai buscar realocar os funcionários ameaçados pela reestruturação em um determinado local, criando possibilidades de serem transferidos para outras áreas da própria instituição e assim evitar demissões.

Segundo o presidente da Contraf-CUT e um dos coordenadores do Comando Nacional dos Bancários, Roberto von der Osten, os bancários conquistaram um novo modelo de acordo que não resultasse em retrocesso para a categoria. "O debate de um modelo diferente, que garantisse que aquela velha fórmula dos anos 90 não voltaria em 2017 apareceu no cenário e foi considerado importante pelo Comando. A presença dos bancos públicos na CCT de 2017 e a garantia de reajuste acima da inflação para todos eram fundamentais. Garantimos ainda avanços no VA, VR e Auxílio Creche/Babá. Também a extensão dos direitos e valores para todos os bancos públicos", afirma.





As reivindicações gerais da categoria foram definidas por 633 delegados, 233 mulheres e 400 homens, durante a 18ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada entre 29 e 31 de julho, em São Paulo.

A minuta de reivindicações foi construída por um processo democrático, que envolveu toda a categoria em intensos debates nas conferências regionais e por fim na Conferência Nacional, que aprovou valorização do índice, defesa do emprego, combate às metas abusivas e ao assédio moral, fim da terceirização, fim das demissões e defesa das empresas públicas.

Trabalhadores de bancos privados e públicos também definiram intensificar a luta pela democracia e contra qualquer tipo de retirada de direitos.

Anistia dos dias parados

Sobre os dias parados durante a greve, a Fenaban insistia na compensação de todos, sem prazo limite. Mas, o Comando Nacional dos Bancários não aceitou a postura intransigente dos banqueiros e conseguiu arrancar, na mesa de negociação, o abono total dos dias parados.

Segundo Juvandia Moreira Leite,

presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo e vice-presidenta da Contraf-CUT, os bancários demonstraram durante toda a campanha resistência e unidade “A categoria saiu vitoriosa de uma das campanhas mais difíceis dos últimos anos, impactada pela conjuntura política e econômica do país”.

Durante a décima rodada de negociação os bancos também concordaram em implantar a licença-paternidade de 20 dias, conforme lei sancionada neste ano, durante o governo Dilma Rousseff.



Principais conquistas do acordo 2016-2018

ACORDO FENABAN 2016			
Reajuste de 8%	2015	Proposta 5/10/2016	Ganho
Pisos após 90 dias			
Portaria	R\$1.377,62	R\$1.487,83	R\$110,21
Escritório	R\$1.976,10	R\$2.134,19	R\$158,09
Caixa e Teseoureiro	R\$2.669,45	R\$2.883,01	R\$213,56
Gratificações			
Gratificação de Caixa	R\$470,75	R\$508,41	R\$37,66
Outras Verbas de Caixa	R\$222,60	R\$240,41	R\$17,81
Adicional por Tempo de Serviço	R\$26,93	R\$29,08	R\$2,15
Auxílios			
Auxílio-funeral	R\$905,63	R\$978,08	R\$72,45
Morte e invalidez por assalto	R\$135.047,22	R\$145.851,00	R\$10.803,78
Auxílio-transporte (noturno)	R\$94,53	R\$102,09	R\$7,56
Requalificação profissional	R\$1.349,70	R\$1.457,68	R\$107,98

Vale alimentação e 13ª cesta com reajuste de 15% e vale refeição com reajuste de 10%

**ao mês - de 491,52 para 565,25
ao dia - de 29,64 para 32,60**

Auxílio-creche com reajuste de 10%

Filhos até 71 meses
ao mês - de 394,70 para 434,17
Filhos até 83 meses
ao mês - de 337,66 para 371,43

Licença Paternidade de 20 dias

Reajuste da PLR: 8%

Regra: 90% do salário reajustado em 8% mais R\$ 2.183,53, limitado a R\$ 11.713,59.

Se o montante distribuído entre os bancários for inferior a 5% do lucro líquido do banco em 2016, o valor será aumentado até atingir os 5% ou 2,2 salários do empregado (1 que ocorrer primeiro), com teto de R\$ 25.769,88.

Parcela Adicional

2,2% do lucro líquido dividido entre todos os funcionários, até o limite individual de R\$ 4.367,07.

Antecipação da PLR:

a primeira parcela foi paga dez dias após a assinatura do acordo e a segunda será até 1º de março de 2017

Regra básica

Serão pagos 54% do salário mais fixo de R\$ 1.310,12, limitado a R\$7.028,15 e ao teto de 12,8% do lucro líquido do banco (o que ocorrer primeiro) apurado no primeiro semestre deste ano.

Regra Adicional

O adicional de PLR corresponderá a 2,2% do lucro líquido do primeiro semestre de 2016 dividido igualmente entre os trabalhadores, com o teto de R\$ 2.183,53

Acordo Fenaban 2017

**Salários, PLR, VA, VR 13ª Cesta Alimentação, Auxílio-Creche Babá e demais verbas:
Reposição Total da Inflação + 1% de aumento real**

Bancários enfrentaram a truculência dos banqueiros

Em meio a um ano adverso, os bancários resistiram à truculência dos banqueiros, que tentaram enfraquecer a greve. Foi uma luta desigual onde os bancos utilizaram todo o seu arsenal: a mídia, as associações comerciais, o judiciário, os interditos, as ameaças, a boataria e o constrangimento.

A Contraf-CUT recebeu com indignação, durante o período de greve, notícias de que seccionais estaduais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) impetraram ações com pedido de liminar corporativista na Justiça do Trabalho, tendo como réus Sindicatos de Bancários, prejudicando a paralisação da categoria bancária. Mas em muitos casos, o direito legítimo à greve foi prevalecido nas decisões judiciais.

Pedido arbitrário de prisão

Na tentativa de criminalizar trabalhadores, a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco (OAB-PE) pediu a prisão da presidenta do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, Suzineide Rodrigues, caso a entidade não cumprisse determinação judicial de garantir quantidade mínima de funcionários em atendimento nos caixas durante a greve da categoria. Além da prisão da sindicalista, a OAB pediu o aumento do valor da multa por descumprimento da ordem, de R\$ 10 mil para R\$ 100 mil diários.

A Justiça do Trabalho de Pernambuco negou o pedido de prisão. A súplica feita pela OAB-PE mereceu repúdio de centenas de entidades do movimento sindical e social no Brasil inteiro. Em seu despacho de 2 de outubro, a juíza Mariana de Carvalho Milet considerou o pedido de prisão "medida excepcional e extrema".

Enfim, nada disso derrotou a forte greve da categoria, que saiu dela com dignidade. "Saímos da

nossa grande mobilização com o sentimento de que fizemos o nosso melhor. A luta nos garantiu”, reforça Roberto.

Greve histórica

O movimento grevista foi um dos mais fortes dos últimos tempos em termos de abrangência, pois iniciou com a adesão de 7.359 agências e no seu 15º dia de paralisação, estava com 13.071 agências fechadas, representando 56% do total de estabelecimentos em todo o país.

Apesar de aprova de unidade e combatividade, a mídia, que lucra fortunas com os anúncios publicitários dos bancos, tentava esconder e nem sequer dava destaque à mobilização.

A mais longa greve geral dos bancários teve o seu grande enfrentamento entre o capital e o trabalho no país depois da instalação do governo

ilegítimo. A própria resistência dos banqueiros – o setor de maior lucratividade do país – apostou no enfrentamento e na truculência, pois acreditavam que poderiam impor uma grande derrota às organizações dos bancários.

Ao final dos 31 dias, a primeira grande greve do governo golpista demonstrou uma força e uma dimensão que surpreendeu os banqueiros, que foram pressionados a melhorar sua proposta.

Campanha Nacional injeta R\$ 12 bilhões na economia

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS 2015), o reajuste salarial dos bancários de 8%, incluindo abono de R\$3,5 mil e demais pisos conquistados pelos mais de 500 mil bancários de todo o Brasil representam uma injeção de R\$ 12 bilhões na economia do país.

Resultado das negociações salariais por governo federal (de 1995 a 2017) Bancos Privados

GOVERNO	ANO	INPC	REAJUSTE SALARIAL	GANHO/PERDA REAL	DIAS DE GREVE	ABONO
FHC	1995	25.80%	30.00%	3.34%	sem greve	sem abono
FHC	1996	14.28%	10.80%	-3.05%	9	45% do salário
FHC	1997	4.30%	5.00%	0.67%	Cidade de Deus	R\$ 700.00
FHC	1998	3.59%	1.20%	-2.31%	Centro de SP	R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00
FHC	1999	5.25%	5.50%	0.24%	Centro do RJ	sem abono
FHC	2000	6.96%	7.20%	0.22%	paralisações de 15 min	sem abono
FHC	2001	7.31%	5.50%	-1.69%	sem greve	R\$ 1,100.00
FHC	2002	9.16%	7.00%	-1.98%	sem greve	R\$ 1,200.00
LULA	2003	17.52%	12.60%	-4.19%	sem greve	R\$ 1,500.00
LULA	2004	6.64%	8,5% a 12,77%	5.75%	30	sem abono
LULA	2005	5.01%	6.00%	0.94%	6	R\$ 1,700.00
LULA	2006	2.85%	3.50%	0.63%	6	sem abono
LULA	2007	4.82%	6.00%	1.13%	2	sem abono
LULA	2008	7.15%	10,0% ou 8,15%	2.66%	17	sem abono
LULA	2009	4.44%	6.00%	1.50%	15	sem abono
LULA	2010	4.29%	7,5% a 16,33%	3.08%	15	sem abono
DILMA	2011	7.39%	9,0% a 12,0%	1.50%	21	sem abono
DILMA	2012	5.39%	8.50%	2.00%	9	sem abono
DILMA	2013	6.67%	8.00%	1.82%	23	sem abono
DILMA	2014	6.35%	8,5% e 9,0%	2.02%	8	sem abono
DILMA	2015	9.88%	10.00%	0.11%	21	sem abono
TEMER	2016	9.62%	8.00%	-1.48%	31	R\$ 3,500.00
	2017	Acordo prevê reposição integral (INPC)		1.00%	-	sem abono



Seeb Paraíba



Seeb ABC (SP)



Seeb Alagoas



Seeb Angra dos Reis (RJ)



Fetrafi RS



Seeb Campina Grande (PB)



Seeb Bragança Paulista (SP)



Seeb Caxias do Sul (RS)



Seeb Belo Horizonte (MG)



Seeb Acre



Seeb Amapá



Seeb Campo Grande (MS)



Seeb Assis (SP)



Seeb Barra dos Garças (MG)



Seeb Limeira (SP)



Seeb Cariri (CE)



Seeb Barretos (SP)



Seeb Campo Mourão (PR)



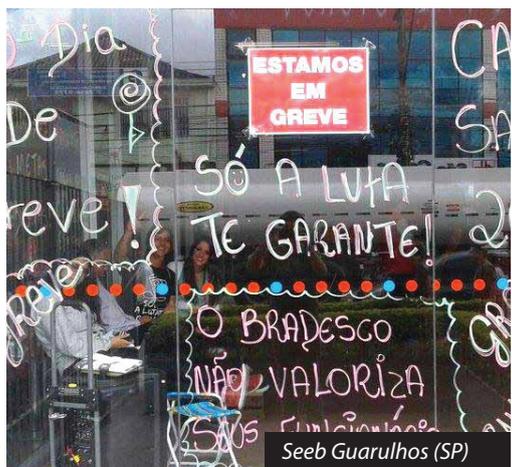
Seeb São Paulo



Seeb Catanduva (SP)



Seeb Mogi das Cruzes (SP)



Seeb Guarulhos (SP)



Seeb Chapecó (SC)



Seeb Cornélio Procópio (PR)



PAR Seeb Criciúma (SC)



Seeb Curitiba (PR)



Seeb Ceará



Seeb Dourados (MS)



Seeb Espírito Santo



Seeb Extremo Sul Bahia



Seeb Irecê (BA)



Seeb Campinas



Seeb Litoral Norte (RS)



Seeb Londrina (PR)



Seeb Macaé (RJ)



Seeb São Paulo



Seeb Mato Grosso



Seeb Niterói (RJ)



Seeb Nova Friburgo (RJ)



Banco da Amazônia - Belém
Seeb Pará



Seeb Pernambuco



Seeb Presidente Prudente (SP)



Seeb Rio de Janeiro



Seeb Vale do Ribeira (SP)



Seeb Vale do Paranhana (RS)



Seeb Jundiá (SP)



Seeb Pernambuco



Seeb Porto Alegre (RS)



Seeb Florianópolis (SC)



Seeb Petrópolis (RJ)



Seeb Salvador (BA)



Seeb Rio de Janeiro



Seeb Sul fluminense (RJ)



Seeb Toledo (PR)



Seeb Taubaté (SP)



Seeb São Borja (RS)



Seeb Taubaté (SP)



Seeb Rondônia



Seeb Belo Horizonte (MG)



Seeb Vale do Ribeira (SP)



Seeb Araraquara (SP)



Seeb Vitória da Conquista (BA)



Seeb Brasília

Caixa

Defesa da Caixa 100% pública marcam a Campanha mais

Com a forte mobilização e a greve histórica que alcançou até 32 dias em algumas bases, os empregados da Caixa chamaram a atenção não só para as reivindicações específicas da categoria, mas alertaram todo o país que o momento exige a defesa dos direitos de cada trabalhador e do papel da Caixa como banco fomentador de desenvolvimento.

A adesão à greve bateu recorde a cada dia e conseguiu arrancar dos bancos um acordo por dois anos, com direitos preservados. Os bancários asseguraram 8% de reajuste nos salários, 15% no vale-alimentação, 10% no vale-refeição e no auxílio creche/babá, mais abono de R\$3,5 mil em 2016 e reposição integral da inflação, mais 1% de aumento real nos salários, e em todas as verbas, para 2017.

O Acordo Aditivo com a Caixa ainda garantiu avanços específicos num período conjuntural desfavorável no campo político-econômico, e que os banqueiros quiseram usar como subterfúgio para tentar impor perdas aos bancários. Mas, com unidade e mobilização dos empregados, resistiram bravamente.

A revisão do RH 184 está entre as conquistas deste ano. O objetivo é rever a extinção da função, prevista no normativo, que determinou a substituição de caixas efetivos por caixas minuto. O acordo ainda prevê a criação de um grupo de trabalho (GT) para discutir e estabelecer critérios objetivos de descomissionamento, além da manutenção por dois anos da PLR Social, que corresponde à distribuição linear de 4% do lucro líquido entre os trabalhadores, entre outros pontos.

“Asseguramos a manutenção dos nossos direitos por mais dois anos e ainda avançamos na organização do trabalho, discutindo questões que a Caixa nunca antes quis debater com os empregados, como a dos critérios de descomissionamento. Outro destaque se refere às metas, que serão discutidas na mesa permanente junto com a questão das reestruturações”, ressalta o coordenador da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa), Dionísio Reis.

“Foi uma campanha em uma conjuntura muito difícil, com muitas mudanças no país e que demonstra a resistência dos bancários. Juntos, podemos garantir e manter as nossas conquistas como a PLR Social e a promoção por mérito”, afirma o presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira. Sobre o acordo de dois anos, ele destaca: “Isso não impede a mobilização da categoria. Nós já fizemos greves, nos anos 80, em abril. Já fizemos, em 91, em julho. Por exemplo, temos o RH 184 na Caixa, que talvez seja um dos motivos já para ter mobilizações, independente da data-base”, disse.



Política e garantia de direitos são o grande desafio dos últimos anos



Caixa 32º Conecef prioriza fortalecimento do papel social do banco



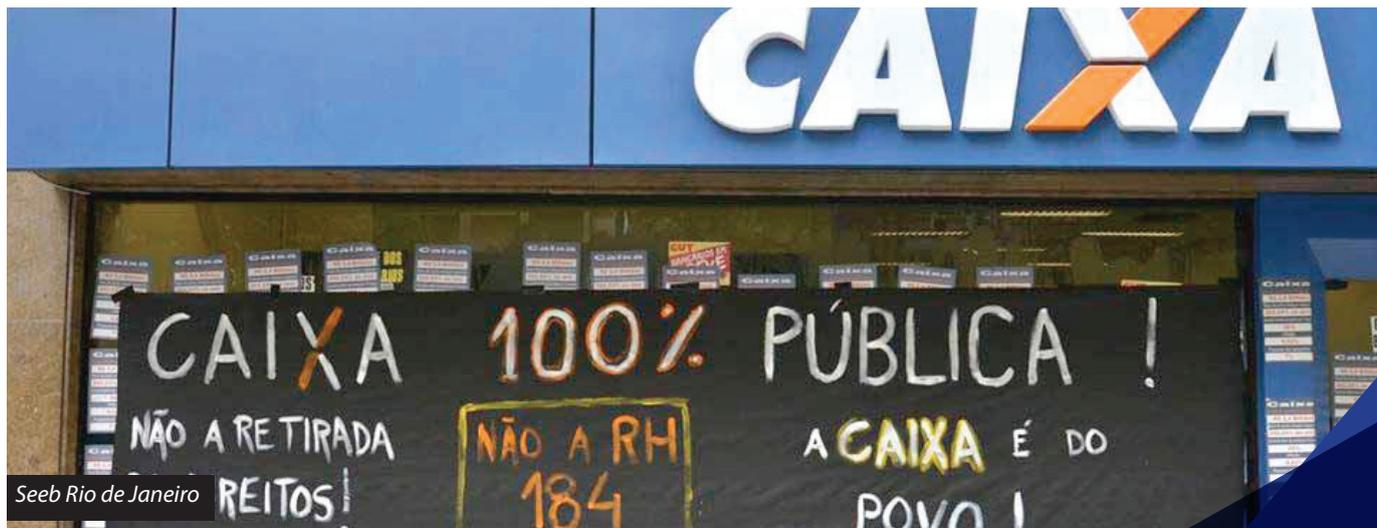
A pauta de reivindicações específicas dos empregados foi construída durante o 32º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef), de 17 a 19 de junho, em São Paulo, tendo como alguns dos eixos a defesa da Caixa 100% pública, o fortalecimento do papel social do banco, as condições dignas de trabalho e mais contratação de empregados.

“Mais uma vez, os empregados da Caixa mostraram força, unidade e definiram uma pauta de reivindicações que atende aos principais anseios da categoria. Além disso, foram importantes os debates sobre o futuro do país e, principalmente, sobre as ameaças à classe trabalhadora como um todo”, afirma o presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira.

Segundo Fabiana Uehara Proscholdt, secretária da Juventude da Contraf-CUT, a forte mobilização dos funcionários da Caixa durante a Campanha Nacional não permitiu a derrota que os banqueiros insistiam empurrar para a categoria. “Conseguimos reverter a situação, mas a luta não chegou ao fim. Continuaremos mobilizados por nenhum direito a menos e pela Caixa 100% pública”, garantiu.

O coordenador da CEE-Caixa, Dionísio Reis, destacou que a edição deste ano foi marcada por uma forte representação e pelo pioneirismo da adoção do princípio da paridade de gênero, que passa a ser obrigatória a partir do 32º Conecef, conforme deliberação aprovada em 2013. Esse objetivo foi quase atingido no evento de 2016, que contou com a participação de 352 delegados, dos quais 185 homens (52%) e 168 mulheres (48%).

“A igualdade de oportunidades é um debate fundamental no setor bancário que enfatizamos no nosso congresso. Também tivemos uma grande mobilização em defesa dos bancos públicos, com representatividade dos empregados do Brasil inteiro e de vários segmentos, desde os gestores até os técnicos bancários. Todos em luta por melhores condições de trabalho e em defesa de seus direitos”, lembra Dionísio.



Seeb Rio de Janeiro

Durante todo o ano de 2016 os empregados da Caixa participam de diversos Dias de Luta contra a reestruturação do banco, a retirada de direitos, em defesa dos caixas, dos avaliadores de penhor e da Caixa 100% Pública. Nas ruas, nas redes sociais, em contato com a população e os correntistas, os bancários defenderam o emprego, reivindicaram mais contratações e destacaram os prejuízos de uma possível privatização.

“A Caixa 100% Pública é um patrimônio do povo brasileiro e faz com que o país mantenha sua independência dos fluxos estrangeiros de capital. Isso é muito importante para o Brasil e também muito importante para os empregados. A nossa mobilização em defesa da Caixa deve ser permanente”, avalia Dionísio Reis.

Nos últimos doze anos com o empenho direto de cada empregado e uma política de Estado, a Caixa passou a ser protagonista no processo de crescimento e desenvolvimento social do Brasil. Pagamentos do seguro-desemprego, do Bolsa Família, a administração do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), são alguns dos serviços tão importantes, prestados pelo banco.

Mas neste ano, já marcado por tantas ameaças à classe trabalhadora, mais uma ainda ronda toda a população: os bancos privados querem colocar as mãos nos recursos do FGTS, que somam mais de R\$ 400 bilhões.

Administrado exclusivamente pela Caixa, a lei que criou o FGTS completou 50 anos, além disso, a participação dos trabalhadores na gestão do fundo alcançou 25 anos. Os recursos são usados para financiar habitação, saneamento básico, infraestrutura, e qualquer mudança neste sentido só irá significar prejuízo para os trabalhadores e mais riquezas para os bancos privados.

“O que temos hoje é o retorno da falácia de que a Caixa está quebrada, justamente para embasar a ideia de que ela precisa de investidores privados. E, para piorar, surge a proposta de retirar do banco a gestão do FGTS. Em prol dos brasileiros, sobretudo dos mais carentes, é essencial que a Caixa continue 100% pública e com forte papel social, sendo protagonista da execução de políticas públicas”, alerta Jair Pedro Ferreira.

Caixa
**Caixa 100%
Pública**

Principais pontos do acordo específico dos empregados da Caixa

- **PLR Social** - Manutenção por dois anos da PLR Social, que corresponde à distribuição linear de 4% do lucro líquido entre os trabalhadores.

- **RH 184** - Acordo prevê dois importantes pontos para a revisão do normativo RH 184. Um deles, a criação de um grupo de trabalho (GT) para discutir e estabelecer, em 30 dias a partir de sua implantação, critérios objetivos de descomissionamento. A intenção é acabar com a arbitrariedade no processo, institucionalizada pelo RH 184, que deixou a decisão aos critérios subjetivos da chefia.

- **Implantação de comissão paritária** para discutir a situação dos caixas. O objetivo é rever a extinção da função, prevista no RH 184, que determinou a substituição de caixas efetivos por caixas minuto.

- **Promoção por mérito** - A evolução por mérito fica assegurada também por dois anos, da mesma forma que o GT que discute o aprimoramento constante dos critérios de promoção.

- **Bolsa de estudos** - Concessão de 1,6 mil bolsas: até 300 para graduação, 500 para pós-graduação e 800 para idiomas.

- **Licença-amamentação** - Assegura às mães empregadas, inclusive adotivas, com filho de idade inferior a 12 meses, dois descansos especiais diários de meia hora cada, facultado à beneficiária a opção pelo descanso único de uma hora.

- **Vale-cultura** - Mantido a quem ganha até oito salários mínimos se o benefício for renovado pelo governo Temer.

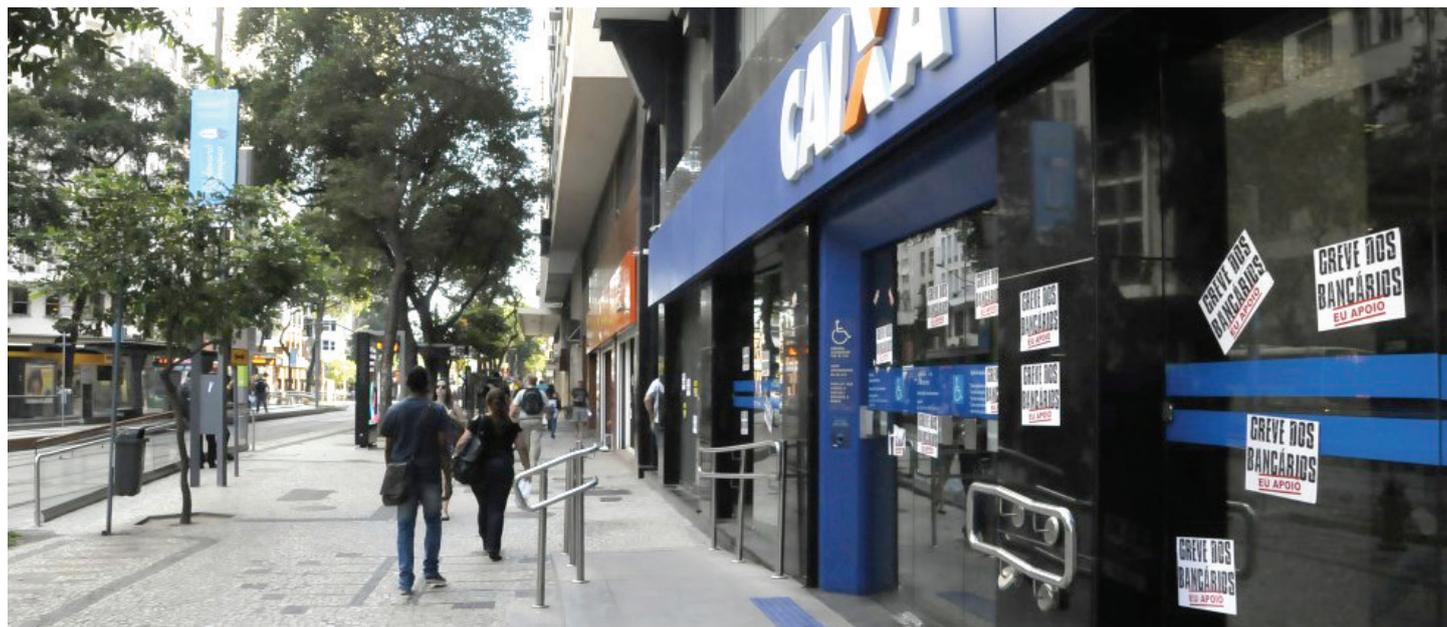
- **Parcelamento do adiantamento de férias** - A Caixa renovará a cláusula referente ao parcelamento do adiantamento de férias em até 10 parcelas mensais.

- **Saúde Caixa** - Manutenção do GT Saúde do Trabalhador, do Saúde Caixa e da mesa permanente de negociação; trazendo para a pauta a discussão dos impactos decorrentes da implantação de novos processos de trabalho.

- **Fim das metas abusivas** - A Caixa se comprometeu a discutir com o movimento sindical questões relativas ao estabelecimento, cobrança, dimensionamento e avaliação de desempenho das metas, fatores de grande adoecimento na categoria bancária.

- **Fim do tesoureiro minuto** - O banco ratificou o cancelamento de comunicado interno que estabelecia que os tesoureiros só seriam designados em caráter de tesoureiro minuto.

- **Reestruturação** - A empresa se comprometeu a discutir em mesa permanente, reestruturação, remodelagem e outras mudanças. Entre elas as que hoje ameaçam as Gerências de Reestruturação e Retaguarda (Direts).



Resultado das negociações salariais por governo federal (de 1995 a 2017)

Caixa Econômica Federal

GOVERNO	ANO	INPC	REAJUSTE SALARIAL	GANHO/PERDA REAL	DIAS DE GREVE	ABONO
FHC	1995	25.80%	20.94%	-3.86%	11	R\$ 550.00
FHC	1996	14.28%	0.00%	-14.28%	24 horas	R\$ 1,000.00
FHC	1997	4.30%	0.00%	-4.30%	sem greve	R\$ 4,500.00
FHC	1998	3.59%	1.00%	-2.50%	Centro de SP	R\$ 1,000.00
FHC	1999	5.25%	0.00%	-5.25%	Centro do RJ	R\$ 2,500.00
FHC	2000	6.96%	0.00%	-6.96%	paralisações de 15 min	R\$ 1,200.00
FHC	2001	7.31%	0.00%	-7.31%	sem greve	R\$ 900.00
FHC	2002	9.16%	5.00%	-3.81%	sem greve	R\$ 1,200.00
LULA	2003	17.52%	12.60%	-4.19%	9	R\$ 1,500.00
LULA	2004	6.64%	8,5 a 12,77%	5.75%	30	R\$ 1,000.00
LULA	2005	5.01%	6.00%	0.94%	6	R\$ 1,700.00
LULA	2006	2.85%	3.50%	0.63%	6	sem abono
LULA	2007	4.82%	6.00%	1.13%	2	sem abono
LULA	2008	7.15%	10,0% ou 8,15%	2.66%	17	sem abono
LULA	2009	4.44%	6.00%	1.50%	15	R\$ 700.00
LULA	2010	4.29%	7,5 a 16,33%	3.08%	15	sem abono
DILMA	2011	7.39%	9,0 a 12,0%	1.50%	21	sem abono
DILMA	2012	5.39%	7,5 a 8,5%	1.25%	9	sem abono
DILMA	2013	6.67%	8% e 8,5%	1.82%	23	sem abono
DILMA	2014	6.35%	8,5% e 9,0%	2.02%	8	sem abono
DILMA	2015	9.88%	10.00%	0.11%	21	sem abono
TEMER	2016	9.62%	8.00%	-1.48%	32 em algumas bases	R\$ 3,500.00
	2017	Acordo prevê reposição integral (INPC)		1.00%	-	sem abono

Banco do Brasil

Funcionários do Banco do Brasil se mobilizam em defesa do emprego, do banco e conquistam avanços



Seeb Mogi das Cruzes (SP)

Não é uma luta fácil, nem mesmo justa, o governo ilegítimo de Michel Temer já deu inúmeras demonstrações de seus planos de privatizações e de enfraquecimento do setor público. Em entrevista à Globonews em outubro, logo após o final da Campanha Nacional dos Bancários 2016, chegou a afirmar que o “Banco do Brasil está pensando em cortar uma porção de funções, de cargos que lá existem, que são absolutamente desnecessários”.

A declaração que causa indignação em cada funcionário do Banco do Brasil, também revela que os bancários saem fortalecidos após a maior greve da categoria, impactada pela conjuntura política e econômica do país. A defesa do emprego e dos bancos públicos foram bandeiras de luta em todas as regiões do país.

A grande mobilização garantiu, em um momento de grandes incertezas para os trabalhadores, o acordo bianual 2016-2018, como uma forma de proteção dos direitos dos bancários ao assegurar 8% de reajuste nos salários, 15% no vale-alimentação, 10% no vale-refeição e no auxílio creche/babá, mais abono de R\$3,5 mil em 2016 e reposição integral da inflação, mais 1% de aumento real nos salários, e em todas as verbas, para 2017.

Além dos pontos gerais firmados com a Fenaban, o

Acordo Aditivo Específico com o Banco do Brasil também conquistou abono total de dias parados, ampliação de ausências legais, avanço na ascensão profissional das mulheres, manutenção da mesa única e modelo PLR de 2 anos, entre outras cláusulas.

Wagner Nascimento, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, ressaltou que o acordo específico contempla temas debatidos com bancárias e bancários de todo o país.

Os funcionários também asseguraram a instalação das Mesas Temáticas sobre Prevenção de Conflitos, Saúde no Trabalho e Igualdade de Oportunidades. Na mesa de Prevenção de Conflitos poderão ser discutidos eventuais problemas decorrentes de implantação de soluções digitais, ajustes de estrutura e acesso ao histórico de ausências dos funcionários.

O ACT inclui a ampliação do número de vagas de nomeação no módulo avançado para os cargos da gerência média, proteção nos casos de reestruturação no caso de mudança de cargos, ampliação das ausências legais e instituição de mesas temáticas mais robustas para discutir a situação de funcionários envolvidos no modelo digital. Garante também mesas temáticas sobre resolução de conflitos, envolvendo a solução sobre os acessos aos pontos de greve, além do abono total dos dias parados e a manutenção da mesa única e modelo de PLR por dois anos.



Para Carlos de Souza, secretário-geral da Contraf-CUT, foi uma campanha muito difícil e atípica, pela conjuntura político-econômica que atravessamos, da qual a categoria saiu vitoriosa e fortalecida. “Há mais de uma década que não convivíamos com a política neoliberal de ataque aos direitos dos trabalhadores, de ameaça aos bancos públicos, que o governo ilegítimo nos impôs, para atender aos financiadores do golpe. Por tudo isso, o resultado dessa campanha é especial para o BB em função da garantia do Banco da manutenção de nossos direitos e da mesa única para os próximos anos. Além da garantia de ganho real para o próximo ano”.

Banco do Brasil

27º Congresso dos funcionários do Banco do Brasil destaca resistência



Além das conquistas clausuladas, as quais constam no Acordo Aditivo, as não clausuladas, mas com compromisso efetivo do BB, também merecem destaque nesta Campanha Nacional. Uma delas diz respeito à inclusão das mulheres nas funções gerenciais. Após reivindicações constantes na Mesa Temática de Ascensão Profissional, durante o ano, o BB se comprometeu com a ampliação do número de funcionárias nos cargos de direção. Ascensão, carreira, mais transparência e melhoria nos critérios dos processos seletivos, igualdade de oportunidades, cursos, treinamentos e crescimento profissional das mulheres no BB foram assuntos em debate nas rodadas de negociação.

A conquista soma-se ao esforço dos representantes dos trabalhadores em aumentar a participação feminina no ambiente de trabalho e também no universo sindical. Fruto de um debate maduro, os delegados e delegadas do 27º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, que se reuniram em São Paulo, entre os dias 17 a 19 de junho, decidiram de forma consensual que para

o próximo Congresso os sindicatos buscarão a paridade: 50% de homens e 50% de mulheres, o que refletirá a distribuição de gêneros no próprio BB.

Além de se tratar de uma política de inclusão das mulheres nas decisões, a orientação para os que as delegações sejam compostas de forma paritária contribui para evolução do debate sobre igualdade dentro do banco e fortalece a luta das mulheres na sociedade. No Congresso deste ano, dos 323 delegados presentes, 111 eram mulheres, 34,36% do total.

A decisão visa ampliar a participação feminina, assegurando a representatividade das mulheres que, apesar de ocuparem metade dos postos de trabalho, têm uma participação minoritária neste importante espaço de discussão do movimento nacional da categoria. “É uma medida importantíssima. As mulheres estão avançando na construção da paridade. Não apenas nos fóruns de debates, mas também nas direções das entidades, como já aconteceu na CUT. Além de lutar pela igualdade de oportunidades nos bancos, também precisamos garantir a nossa representação política”, afirma Elaine Cutis, secretária da Mulher da Contraf-CUT.



Seeb Piauí - BB

Resultado das negociações salariais por governo federal (de 1995 a 2017) Banco do Brasil

GOVERNO	ANO	INPC	REAJUSTE SALARIAL	GANHO/PERDA REAL	DIAS DE GREVE	ABONO
FHC	1995	25.80%	25.00%	-0.64%	sem greve	sem abono
FHC	1996	14.28%	0.00%	-14.28%	24 horas	R\$ 1.000,00 a R\$ 1.600,00
FHC	1997	4.30%	0.00%	-4.30%	Sede BSB	R\$ 1.800,00 a R\$ 3.000,00
FHC	1998	3.59%	0.00%	-3.59%	Centro de SP	R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00
FHC	1999	5.25%	0.00%	-5.25%	Centro do RJ	sem abono
FHC	2000	6.96%	1.70%	-4.92%	paralisações de 15 min	R\$ 2,500.00
FHC	2001	7.31%	2.00%	-4.95%	sem greve	R\$ 1,000.00
FHC	2002	9.16%	5.00%	-3.81%	sem greve	R\$ 1,200.00
LULA	2003	17.52%	12.60%	-4.19%	4	R\$ 1,500.00
LULA	2004	6.64%	8,5% a 12,77%	5.75%	30	R\$ 1,000.00
LULA	2005	5.01%	6.00%	0.94%	6	R\$ 1,700.00
LULA	2006	2.85%	3.50%	0.63%	6	sem abono
LULA	2007	4.82%	6.00%	1.13%	2	sem abono
LULA	2008	7.15%	10,0% ou 8,15%	2.66%	17	sem abono
LULA	2009	4.44%	6.00%	1.50%	15	sem abono
LULA	2010	4.29%	7,5% a 16,33%	3.08%	15	sem abono
DILMA	2011	7.39%	9,0% a 12,0%	1.50%	21	sem abono
DILMA	2012	5.39%	7,5 a 8,5%	1.25%	9	sem abono
DILMA	2013	6.67%	8% e 8,5%	1.82%	23	sem abono
DILMA	2014	6.35%	8,5% e 9,0%	2.02%	8	sem abono
DILMA	2015	9.88%	10.00%	0.11%	21	sem abono
TEMER	2016	9.62%	8.00%	-1.48%	31	R\$ 3,500.00
	2017	Acordo prevê reposição integral (INPC)		1.00%	-	sem abono

Banco do Brasil

Principais pontos do acordo específico dos funcionários do Banco do Brasil

- **O Banco reafirma a manutenção do programa de PLR atual**, composto pelo módulo Fenaban e módulo BB, incluindo parcela variável e 4% do lucro líquido distribuídos de forma linear.
- **Será estendido o horário para amamentação** ao funcionário pai de família monoparental e ao funcionário com união estável homoafetiva.
- **As ausências autorizadas de 1 dia por semestre** para doação de sangue, serão ampliadas em 1 dia por ano para doação a parentes enfermos - pais, filhos, enteados, irmãos, avós, cônjuge ou companheiro (a).
- **A ausência autorizada para Aquisição**, Manutenção ou Reparo de Ajudas Técnicas aos funcionários com deficiência será ampliada de uma para duas jornadas de trabalho por ano, podendo ser fracionadas em horas.
- **As ausências autorizadas de dois dias úteis por ano** (fracionáveis em horas) para acompanhar filho ou dependente, menores de 14 anos, em consulta/tratamento médico e odontológico também poderão ser utilizadas para tratamento psicológico, vacinas e reuniões escolares.
- **As ausências autorizadas de dois dias úteis por ano** (fracionáveis em horas) para acompanhar filho ou dependente com deficiência em consulta/tratamento médico e odontológico também poderão ser utilizadas para tratamento psicológico, vacinas e reuniões escolares.
- **As ausências autorizadas de dois dias** para acompanhar esposa ou companheira em consultas médicas e exames complementares durante a gravidez poderão ser fracionadas em horas.
- **Será ampliado o prazo para utilização de folgas** nas Unidades que funcionam no regime de 24X7 (vinte e quatro horas, sete dias por semana) de 2 semanas imediatamente posteriores à da aquisição para até o último dia útil do mês subsequente ao da aquisição.
- **Serão instituídas Mesas Temáticas sobre Prevenção de Conflitos**, Saúde no Trabalho e Igualdade de Oportunidades, com prazo de 180 dias para conclusão a partir da data da instalação. Na mesa de Prevenção de Conflitos poderão ser discutidos eventuais conflitos decorrentes de implantação de soluções digitais, ajustes de estrutura e acesso ao histórico de ausências dos funcionários.
- **Será incluída a parcela variável do Módulo BB na PLR** dos funcionários cedidos à APABB. Será reajustado para R\$ 200 mil o valor da indenização por morte ou invalidez decorrente de assalto.
- **Alterado o critério de 66,6% para 70% no módulo Avançado** e de 33,3% para 30% no módulo Básico, possibilitando a promoção, a partir de janeiro de 2017, de até 795 funcionários que exercem, por exemplo, as funções de Gerente de Relacionamento e Gerente de Serviços em Unidades de Negócio e Gerente de Módulo em Unidades de Apoio. Será ampliada a inclusão das mulheres nas funções gerenciais.
- **A verba QVT será retomada.** Será mantida a verba 226 - Ajuste no Plano de Funções - na folha de pagamento dos funcionários em caso de reestruturações.

Banestes

Bancários vencem negociação difícil



Foi uma negociação complicada, na qual os banqueiros e governos tentaram derrotar a classe trabalhadora. Mas junto com toda a categoria, os bancários e bancárias do Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) conseguiram assegurar conquistas importantes, após 31 dias de greve.

Os funcionários garantiram um acordo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho válido até 2018, o qual prevê também a criação de um grupo de estudo para revisão da forma de contribuição da Banescaixa e a permissão para que os empregados participem de até dois processos seletivos internos, reivindicações importantes e debatidas intensamente nas mesas de negociação.

Em mais uma conquista da luta organizada dos bancários capixabas, o Banestes convocou 46 novos aprovados no concurso 2015 para comprovação de requisitos, exames médicos pré-admissionais e apresentação de documentos para admissão. As Convocações foram cobradas na mesa de negociação específica desta Campanha Nacional. Foram chamados 41 técnicos bancários, quatro analistas econômicos e um analista da informação

O acordo também prevê os pontos firmados com a Fenaban.

Banrisul

Mobilização renova acordo por dois anos

A grande mobilização dos banrisulenses na greve da categoria mostrou o engajamento dos trabalhadores na luta coletiva dos bancários. No último dia de movimento, 241 unidades do Banrisul estavam fechadas só no Rio Grande do Sul, com recordes de adesão registrados durante os 31 dias de paralisação.

A renovação do Aditivo por dois anos - a exemplo da mesa única com a Fenaban - é um resultado efetivo diante da grande greve realizada pela categoria este ano e representa uma importante conquista neste momento político e econômico, com vários ataques à classe trabalhadora.

Os banrisulenses asseguraram o recebimento da regra básica da PLR - de acordo com os critérios definidos na negociação da Fenaban - e a PLR/Banrisul de 1,8% do lucro líquido, dividido linearmente entre todos empregados elegíveis, de acordo com as regras da Convenção; abono de R\$ 3,5 mil e as diferenças nas verbas de natureza salarial, entre outras conquistas.

Ao longo da Campanha Nacional 2016 correram duas negociações específicas. A primeira rodada no dia 2 de setembro, quando não houve qualquer avanço nos debates sobre a pauta dos trabalhadores. A segunda e última reunião foi realizada na Fetrafi-RS, no dia 6 de outubro. Após mais de três horas de negociação, o Comando dos Banrisulenses orientou pela aceitação da proposta do Banco.

BNDES

ACT sem abono, mas com proteção do emprego



Os empregados do Sistema BNDES aprovaram em assembleia a proposta específica do banco. No total, foram computados 1.036 votos, sendo 641 a favor da proposta rebaixada (62%) e 391 votos pela rejeição (38%), com 2 votos em branco e 2 nulos.

A proposta de acordo específico feita pelo banco foi aprovada sem o abono, seguindo o modelo da Fenaban na cláusula de reajuste: 8% nos salários, reajuste de 15% para vale-alimentação e de 10% no vale-refeição e auxílio-creche/babá agora em 2016 e reposição integral da inflação pelo INPC, mais 1% de aumento real em 2017.

Os representantes dos trabalhadores protestaram e insistiram que a proposta trazia perda salarial significativa. O banco, no entanto, alegou motivos jurídicos para o não pagamento do abono, mas aceitou assegurar no acordo a Proteção contra Despedida Arbitrária ou Sem Justa Causa, após pressão dos dirigentes sindicais.

“O BNDES comprometeu-se a apenas realizar dispensas de seus empregados por justa causa ou em decorrência de decisão tomada como resultado de sindicância ou inquérito administrativo, sendo assegurados ao empregado os direitos da ampla defesa. Isso é extremamente importante neste momento de instabilidade econômica e política que passa o país”, afirma Carlos de Souza, secretário-geral da Contraf-CUT e membro da Comissão de Negociação.

BNB

Greve histórica garante avanços



Foram 31 dias de greve com adesão recorde. Os funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) demonstraram determinação contra um cenário adverso, de muitos ataques à classe trabalhadora.

A paralisação iniciada em 6 de setembro, junto com toda a categoria bancária, foi mantida até 6 de outubro e conseguiu assegurar avanços na assinatura do aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

O acordo celebrado é de dois anos e segue os índices e negociações com a Fenaban. Os funcionários do BNB também conquistaram o fortalecimento do papel da mesa permanente, com discussões importantes, como a revisão do PCR, além da resolução de itens pendentes de várias campanhas, incluindo o ponto eletrônico.

O secretário-geral da Contraf-CUT, Carlos de Souza, considerou positiva a mobilização da categoria bancária nesta Campanha, resistência que garantiu direitos importantes para todos. “O BNB e os bancos públicos como um todo precisam ser defendidos. Nós somos parceiros nessa luta e apostamos na valorização e na defesa dos direitos dos trabalhadores como pilar fundamental para fortalecer essas instituições. Afinal, são os funcionários que constroem esses bancos”, afirma.

“Vencemos uma conjuntura extremamente desfavorável e conseguimos resolver, enfim, itens pendentes de várias campanhas, como o ponto eletrônico e as regras da PLR. Em tempos de arrocho salarial e de ajuste fiscal do governo Temer, a proposta de dois anos nos trará a certeza do ganho real em 2017 e a manutenção de todos os direitos já conquistados”, ressalta Gustavo Tabatinga, secretário de Políticas Sindicais da Contraf-CUT e Coordenador da negociação com o BNB.

O BNB também seguiu o acordo dos dias parados, com anistia total. “Desde 2005, tentamos reverter a lógica de compensação, a nossa greve histórica arrancou o não desconto dos companheiros grevistas”, disse Tomaz de Aquino, coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB.

Banpará

Funcionários conquistam aumento na PLR



Os bancários do Banpará asseguram várias conquistas após 31 dias de greve. O ACT 2016/2018 assinado com o banco segue a proposta da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) com 8% de reajuste mais abono de R\$3,5 mil, 15% no vale-alimentação e 10% no vale-refeição e no auxílio creche/babá. Para 2017, reposição integral da inflação (INPC/IBGE) mais 1% de aumento real nos salários e em todas as verbas.

Entre os pontos específicos do Acordo, os funcionários garantiram reajuste de 45% no anuênio (de R\$ 55,00 para R\$ 80,00); 1% a mais na PLR Social, que antes era de 4% e agora está em 5% distribuída de forma linear; promoção em janeiro de 2017 para todos os funcionários, com pelo menos um ano de banco, completado até 31/12/2016, sendo que em janeiro de 2017 começa uma nova contagem do marco.

“Independentemente da conjuntura e ataques aos direitos, consideramos positivo o fechamento do acordo no Banpará. Ressaltamos a importância de continuar o diálogo. Há uma luta a ser travada durante o período que se avizinha, as pautas de funcionalismo não podem esperar o ano de 2018 para serem resolvidas. E a Contraf-CUT, desde já, prioriza o diálogo permanente com todas as instituições”, afirma o diretor da Contraf-CUT, Adilson Barros

Outra vitória importante do funcionalismo do Banpará é a anistia de todos os dias parados na greve. “Fizemos um bom acordo, e mesmo ocorrendo uma greve longa, os trabalhadores demonstraram mais uma vez que só a luta nos garante”, conclui Adilson Barros

Banco da Amazônia

Campanha assegura acordo bianual



No Banco da Amazônia, a participação espontânea dos trabalhadores e trabalhadoras na mobilização foi bastante influenciada pela grande adesão à greve de 31 dias dentro da matriz da instituição.

A mobilização nacional garantiu o acordo bianual, com 8% de reajuste mais abono de R\$3,5 mil, 15% no vale-alimentação e 10% no vale-refeição e no auxílio creche/babá. Para 2017, a conquista é de reposição integral da inflação (INPC/IBGE) mais 1% de aumento real nos salários e em todas as verbas.

O Banco da Amazônia tentou como pôde se esquivar das mesas de negociações e enfraquecer a greve com interditos, mas os empregados conseguiram arrancar avanços importantes em relação às reivindicações específicas.

Entre os pontos estão o reajuste de 10% no reembolso do Saúde Amazônia, com o custeio do Plano Saúde Amazônia, e em 2017 de INPC + 1% de ganho real, o que atende a uma bandeira histórica do movimento sindical bancário dentro da instituição. Também merecem destaques as comissões paritárias específicas de saúde e de segurança, assim como a definição de pauta do novo PCCR, com um cronograma de trabalho que prevê a participação das entidades sindicais na construção de diversos subprojetos, dentre eles o novo Plano de Cargos e a Tabela Salarial e Enquadramentos.

“Temos que valorizar tudo que conquistamos nessa campanha, sobretudo o abono integral dos dias parados e a garantia de ganho real em 2017 dentro de uma conjuntura em que o governo golpista tenta massacrar a classe trabalhadora. Por isso, cada bancário e bancária que ajudou a construir a greve em todas as regiões estão de parabéns”, afirma a secretária de Assuntos Socioeconômicos da Contraf-CUT e presidenta do Sindicato dos Bancários do Pará, Rosalina Amorim.

BRB

Greve assegura acordo da Fenaban e avanços específicos



Foram 31 de dias de paralisação e fortes mobilizações dos bancários do Banco de Brasília (BRB). O movimento assegurou a manutenção da mesa de negociação permanente e renovação do acordo aditivo com novas conquistas.

Os trabalhadores conseguiram pontos específicos importantes, como a garantia do pagamento integral da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para todos os afastados por motivo de saúde, independentemente da extensão e tipo da licença; lotação dos lesionados e demais portadores de doenças ocupacionais crônicas próximos à sua residência; convênio com rede de academias, no sentido de ampliar o acesso a práticas desportivas.

O BRB concordou ainda em disponibilizar, até 30 dias antes de qualquer rodízio, a relação dos PAs onde haverá o procedimento, com a indicação dos cargos e funções que serão rodiziados, entre outras cláusulas.

Com unidade e determinação os trabalhadores também asseguraram integralmente o acordo bianual firmado com a Fenaban, com 8% de reajuste nos salários, 15% no vale-alimentação, 10% no vale-refeição e no auxílio creche/babá, mais abono de R\$3,5 mil em 2016 e reposição integral da inflação (INPC/IBGE), mais 1% de aumento real nos salários, e em todas as verbas, para 2017.

Organização e mobilização marcam Campanha Nacional 2016 dos financeiros



O ano de 2016 foi um marco para os financeiros, que realizaram a primeira Conferência Nacional e o primeiro Dia Nacional de Luta. Sem sombra de dúvidas, a organização e mobilização marcaram a Campanha Nacional deste ano.

Segundo o presidente da Contraf-CUT, Roberto von der Osten, os representantes das Financeiras perceberam a mudança. “Os financeiros avançaram em sua organização em 2016, participaram ativamente da campanha, fizeram greve. Em meio a uma conjuntura tão adversa, em conjunto com os bancários, mostraram a força de sua mobilização e provaram que só a luta garante” afirmou.

A Contraf-CUT, federações, sindicatos e a Federação Nacional de Instituições de Crédito, Financiamento e Investimentos (Fenacrefi) assinaram no dia 25 de outubro, em São Paulo, a Convenção

Coletiva de Trabalho 2016-2018 (CCT), que prevê acordo bianual, com reajuste de 8% nos salários, mais abono de R\$2 mil, reajuste de 10% no vale refeição e no auxílio creche-babá e de 15% no vale alimentação, agora em 2016. Para 2017, a Fenacrefi aceitou repor integralmente a inflação (INPC/IBGE), mais 1% de aumento real nos salários e em todas as verbas.

Em maio de 2016 foi realizada a 1ª Conferência Nacional dos Financeiros, em São Paulo, que definiu as prioridades da campanha: “Foi um passo importante que contribuiu para a organização do ramo em todo o país e para a participação na greve nacional. Em 2017 vamos aprofundar os debates nas mesas temáticas, que tratarão de emprego, terceirização, integração dos promotores pastinhas e sobre um novo modelo de PLR”, destacou Jair Alves dos Santos, diretor da Contraf-CUT e coordenador da Comissão de Organização dos Financeiros.

Para Katlin Salles, secretária do Ramo Financeiro do Sindicato dos Bancários e Financieiros de Curitiba e região, a Campanha Nacional de 2016 foi histórica. “Não podemos deixar de valorizar a primeira greve realizada pela categoria. Mostramos nossa força e nosso potencial de mobilização, que só vai crescer nos próximos anos. Pensando nesta mobilização, a anistia dos dias parados foi pauta fundamental no final da campanha”, avaliou.



Acordo Financiários 2016-2018

ITENS da CCT	2016 (R\$)	% Aplicado
REAJUSTE SALARIAL	8,00%	
ABONO	2.000,00	
PORTARIA	1.432,94	8%
ESCRITÓRIO	2.069,13	8%
TESOURARIA - INGRESSO	2.185,12	8%
GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO	55%	
AUXÍLIO REFEIÇÃO	33,28	10%
AJUDA ALIMENTAÇÃO	530,76	15%
13ª CESTA ALIMENTAÇÃO	530,76	15%
GRATIFICAÇÃO CAIXA E TESOURARIA	501,78	8%
ANUÊNIO	29,17	8%
AUXÍLIO CRECHE / BABÁ	359,58	10%
AUXÍLIO FUNERAL	1.167,78	8%
AUXÍLIO TRANSPORTE "NOTURNO"	177,84	8%
INDENIZAÇÃO POR MORTE OU INCAPACIDADE	136.071,61	8%
REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	1.342,27	8%
COMPENSAÇÃO AUXÍLIO DOENÇA	633,54	8%
VALE CULTURA	50,00	
PLR		
- 90% SOBRE O SALÁRIO BASE + VERBAS FIXAS - VALOR FIXO DE 2.300,26 + 8,00% = 2.484,28		
- TETO DE 10.977,76 + 8,00% = 11.855,98		
- PARCELA ADICIONAL = 20% SOBRE VALOR FIXO		
- ADIANTAMENTO DE 60% - Pagamento 10 (dez) dias úteis após assinatura		

2017
Reposição integral da inflação (INPC - IBGE) mais 1 % de aumento real nos salários e verbas.



Roberto von der Osten
Contraf-CUT



Juvandia Moreira
Seeb São Paulo



Aline Molina Gomes Amorim
Fetec São Paulo

Comando Nacional dos Bancários



Elias Jordão
Seeb Curitiba

O Comando Nacional dos Bancários se reuniu no dia 27 de outubro na sede da Contraf-CUT para avaliar a Campanha Nacional 2016 e para definir o calendário de atividades até o final do ano e em 2017. Os representantes de 24 entidades sindicais, dez federações de trabalhadores do ramo financeiro e quatro comissões de empresas (BB, Caixa, Basa e BNB) e da Contraf-CUT, que compõem o Comando Nacional, avaliaram que a campanha teve uma boa condução em todo o seu processo, com greve de 31 dias, a maior da história recente da categoria.

Segundo a avaliação do Comando, houve agilidade nas informações sobre as negociações e intensificação da capacidade de mobilização, mesmo diante de um ambiente político e econômico muito adverso, em meio a um golpe de estado e a uma profunda recessão, intransigência dos banqueiros e ataques aos trabalhadores.



Adriana Nalesso
Seeb Rio de Janeiro



Everton Gimenes
Seeb Porto Alegre



Eliana Brasil
Seeb Belo Horizonte



Ana Stela Alves de Lima
Seeb Campinas



Carlos Eduardo Bezerra
Fetrafi NE



José Eduardo
Seeb Ceará



Eduardo Araújo
Seeb Distrito Federal



Edvaldo Barros
Seeb Campo Grande



Idelmar Casagrande
Seeb Espírito Santo

Bancários avalia Campanha 2016

“Foi uma reunião muito importante, debatemos a estratégia de manutenção da mobilização e da unidade frente à novidade do Acordo Coletivo de dois anos. Definimos linhas gerais de funcionamento das comissões e grupos de trabalho que vão tratar dos temas de Saúde e Condições de Trabalho, Igualdade de Oportunidades e Segurança, que são tão importantes quanto a remuneração”

Roberto von der Osten, presidente da Contraf-CUT



Jairo França
Seeb Alagoas

“Em um ambiente de alta incerteza política e econômica e ataque aos direitos dos trabalhadores, a categoria garantiu ganho real em 2017 e para este ano manteve a valorização em itens importantes como vale alimentação, refeição e auxílio creche para toda a categoria no país e a criação de um centro de realocação e requalificação profissional, com o objetivo de combater as demissões no setor. Saímos vitoriosos”.

Juvandia Moreira, vice-presidenta da Contraf-CUT e presidenta do Sind. Bancários de SP



Marco Aurélio
Seeb Florianópolis



Suzineide Medeiros
Seec Pernambuco



Junior Dias
Fetec Paraná



Marcelo Alves
Sintrafi Paraíba



Magaly Fagundes
Fetrafi Minas Gerais



Belmiro Moreira
Seeb ABC



José Arimatea Passos
Seeb Piauí



Clodoaldo Barbosa
Seeb Mato Grosso



Nilton Esperança
Fetrafi RJ/ES



José Pinheiro Oliveira
Seeb Rondônia



Rosalina Amorim
Seeb Pará



Emanuel Souza
Feeb Bahia/Sergipe



Jeferson Boava
Feeb SP/MS



Juberlei Bachelos
Fetrafi RS

“Logo em nossa primeira rodada de negociação com os banqueiros, recusamos uma proposta bastante rebaixada. Foram 31 dias, em que nós dos sindicatos, a todo momento, continuamos a explicar que a proposta poderia melhorar à medida que a mobilização aumentava. Esse é nosso papel. Cada vez mais temos a consciência que só a luta te garante e que unidos somos fortes”.

Nilton Damião Esperança - presidente FETRAFI RJ/ES

O acordo por 2 anos, com a garantia de aumento real em 2017, acabou nos permitindo forçar o modelo bianual também nos bancos públicos. Em tempos de governo golpista de Temer, com ataques sistemáticos aos trabalhadores, foi uma garantia importante. Agora precisamos nos recompor para as lutas contra a retirada de direitos e em torno das questões específicas de cada banco.

Emanuel Souza - presidente da FEEB BA/SE



Ivania Pereira
Seeb Sergipe



José Avelino Neto
Fetec Centro Norte



Maria Terezinha Rondon
Fetec Santa Catarina



Edmar Batistela
Seeb Acre

“A proposta é insuficiente diante do lucro dos bancos, não repõe a inflação, mas enfrentamos um sistema financeiro fortalecido, apoiado por um governo ilegítimo, que queria nos impor uma derrota exemplar, e conseguimos resistir. Nesse aspecto, fomos vitoriosos. Temos que continuar unidos para enfrentar as ameaças que estão por vir, aos direitos dos bancários e de todos os trabalhadores”.

Idelmar Casagrande - diretor do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo

“A força da greve e os acertos na tática utilizada pelo Comando Nacional dos Bancários não permitiram que os bancos nos derrotassem. Mesmo numa conjuntura desfavorável, pós-golpe e onde o compromisso dos bancos é com o ajuste fiscal do governo”.

Juberlei Bacelo - diretor da FETRAFI-RS



Dionísio Reis
Coordenador da CEE da Caixa

“ A categoria mostrou unidade e resistência em todo o processo de enfrentamento dessa campanha. A nossa capacidade de avançar no modelo de negociação, que agora é de dois anos, protege os bancários e as bancárias, diante da conjuntura apresentada. A nossa luta continua”.

Jeferson Boava - vice-presidente FEEB SP/MS



Wagner Nascimento
Coordenador da CEE do BB



Edson Gomes
Seeb Amapá



Adauto Andrade Martins
Seeb Roraima



Augusto de Oliveira
Seeb Bahia

Campanha “Se é público, é para todos” une trabalhadores de todo o Brasil



Mobilização garante avanço em defesa dos serviços e empresas públicas

A campanha 'Se é Público é para todos', foi lançada pelo Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, em junho de 2016, em defesa das empresas, bens e serviços públicos e atinge vários estados brasileiros. A campanha mobiliza trabalhadores de todo o Brasil e conta com a adesão da UNI Américas Finanzas, que reúne trabalhadores do sistema financeiro na América Latina.

O Comitê Nacional em Defesa das Empresas

Públicas foi criado em consequência da luta contra o Projeto de Lei do Senado 555, que viria a se tornar a lei de Responsabilidade das Estatais. Além disso, novas ações contra privatizações e desmonte de serviços públicos se somam à atuação do comitê, do qual participam as centrais sindicais CUT, UGT, CTB, Nova Central, Conlutas e Intersindical, Contraf-CUT, Fenae e FUP, representando centenas de categorias de trabalhadores.

Pacote de maldades foi duramente combatido

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 555/2015, chamado Estatuto das Estatais, que permitia abertura desenfreada das privatizações, foi duramente combatido pelos movimentos sociais e sindicais por abrir portas à privatização das empresas públicas.

A ideia era de que o tal pacote de maldades fosse votado pelo plenário a toque de caixa, no apagar das luzes da sessão legislativa de 2015, sem que a sociedade tivesse a menor ideia dos seus riscos para a soberania do país.

Após meses de organização e luta envolvendo seis centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos em todo o Brasil, representando milhares de trabalhadores, o projeto foi aprovado no dia 15 de março, e enviado aos deputados no dia 6 de abril de 2016, com importantes alterações. Entre protestos, seminários, audiências, encontro com parlamentares, ministros e muita pressão,

ficou a certeza de que a luta valeu a pena, e deve ser intensificada agora na Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 555/2015, chamado Estatuto das Estatais, já tem nova nomenclatura na Câmara dos Deputados: PL 4918/2016.

De acordo com a presidenta do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Caixa, Maria Rita Serrano, a luta da classe trabalhadora foi imprescindível para barrar os riscos contra os patrimônios brasileiros. "Nossa mobilização foi decisiva para que o projeto fosse alterado. A luta continua na Câmara, para garantir que as alterações permaneçam e que possamos buscar outros avanços no texto".

Mais uma vez a mobilização dos trabalhadores barrou uma investida do Congresso contra direitos e contra o patrimônio do povo brasileiro.

Alterações

Entre as principais mudanças no texto estão a retirada da obrigatoriedade de as empresas públicas (federais, estaduais e municipais) se tornarem sociedades anônimas; o fim da exigência de as empresas não terem mais ações preferenciais e a aprovação de que o Estatuto das Estatais só será obrigatório para as empresas que tenham mais de R\$ 90 milhões de receita operacional bruta, o que deixa de fora a maioria das estatais, com menor porte.

Não à PEC 55

A luta continua contra a PEC 241, que foi aprovada pela Câmara dos Deputados e que agora vigora no Senado como PEC 55. Esta Proposta de Emenda à Constituição quer congelar por 20 anos os investimentos em serviços públicos essenciais à população, especialmente nas áreas da Saúde (Sistema Único de Saúde) e Educação (pública e gratuita), até o não reajuste do Salário Mínimo, que atinge especialmente os aposentados.





III Encontro da Aliança Latino-Americana em Defesa dos Bancos Públicos prioriza ações para fortalecer a luta dos trabalhadores

O encontro, organizado pela Uni Américas Finanças, na Argentina, contou com a participação da Contraf-CUT



A luta em defesa dos bancos públicos ampliou seus horizontes para além do território nacional e foi o destaque do III Encontro da Aliança Latino-Americana em Defesa dos Bancos Públicos, organizado pela Uni Américas Finanças, na Argentina, que contou com a participação da Contraf-CUT e de dirigentes sindicais de bancos públicos de toda América Latina, entre os dias 26 e 27 de junho.

Sindicalistas de vários países discutiram ações para fortalecer a unidade na luta em prol dos bancos públicos, fundamentais para o desenvolvimento da América Latina.

Roberto von der Osten, presidente da Contraf-CUT, salientou que além da luta em defesa dos bancos públicos o encontro também debateu sobre a criação de um espaço de reflexão de elaboração de políticas públicas e desenvolvimento social. “Nós fizemos um amplo debate sobre o papel desempenhado pelos bancos públicos em seus países, além de discutir propostas para a ação desses bancos e um conjunto de reivindicações dos trabalhadores dos bancos públicos, que lhes permitem estar organizados em

nível regional na América Latina”.

Segundo o secretário de Relações Internacional da Contraf-CUT, Mario Raia, a aliança é um forte instrumento de luta frente ao processo de privatizações em diversos países da região. “A Aliança fortalece a organização sindical e a consequente mobilização dos trabalhadores”, ressalta Mario.

Campanha “Se é público, é para todos” rompe fronteiras

O Encontro definiu adotar a campanha de conscientização de alto impacto “Se é público, é para todos”, que passou a ser global, em contraposição à ofensiva neoliberal que se fortalece não só no Brasil, mas na Argentina e em outros países.

Outros temas discutidos foram a luta contra acordos internacionais que estabelecem práticas neoliberais, como o Tisa (Trade in Services Agreement, na sigla em inglês) e o TPP (Acordo de Cooperação Trans-Pacífico), e a difusão do documento final, que destaca a importância dos bancos públicos para o desenvolvimento dos países e suas sociedades.

Propostas do Encontro

- Campanha de conscientização de alto impacto, similar à dos companheiros do Brasil, com o tema “Se é público, é para todos”.
- Convocar a jornada dos trabalhadores, sindicatos e diversos grupos contra a permanência dos tratados TPP e TISA.
- Apoio com assistência real em cada país que subscreva a UNI, em suas reivindicações.

Bancários realizam 1º Seminário Nacional do Sistema Financeiro e Sociedade



Para intensificar ainda mais a luta em defesa dos bancos públicos, a Contraf-CUT realizou, no dia 29 de julho, no hotel Holiday Inn Anhembi, em São Paulo, o 1º Seminário Nacional em Defesa dos Bancos Públicos “Sistema Financeiro e Sociedade”. O evento que antecedeu a 18ª Conferência Nacional dos Bancários 2016, contou com a presença do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e de personalidades do cenário político, de movimentos sociais e sindicais.

A programação do seminário contou com três painéis com temas distintos. O primeiro abordou “Transformações no Sistema Financeiro e seus impactos no Mundo do Trabalho”, com a presença do economista e professor da Unicamp, Luiz Gonzaga Belluzzo e do professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC SP, Ladislau Dowbor. O segundo painel discorreu sobre “Novas Ofensivas aos Direitos dos Trabalhadores”, com o jurista e professor de Direito Financeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Ricardo Lodi Ribeiro e de Bernardo Mançano Fernandes, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Já o terceiro painel fez a exposição de “O Brasil que Queremos”, com a presença do ex-presidente Lula, da ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello, e do sociólogo e cientista político Emir Sader.



Evento contou com a presença do ex-presidente Lula e de personalidades do cenário político, de movimentos sociais e sindicais



FGTS precisa continuar na Caixa

A ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do governo da presidenta Dilma Rousseff, Tereza Campello afirmou que os bancos públicos como a Caixa o Banco do Brasil e o BNB ajudaram a construir uma agenda fundamental para reduzir a extrema pobreza no país. Defendeu que o FGTS não pode sair das mãos da Caixa para que continue desenvolvendo o “Minha Casa Minha Vida” e outros programas sociais.

Luiz Gonzaga Belluzzo fez uma breve análise do mercado financeiro mundial, a partir da década de 1980. Apontou os efeitos dessas transformações na vida das pessoas. “O capitalismo criou a possibilidade da abundância, mas sem que ela possa se realizar de fato dentro das atuais condições criou uma riqueza material

enorme, mas com um custo ecológico gigante e uma perda humana imensurável”, explicou.

Ladislau Dowbor destacou os impactos do atual modelo do sistema financeiro no Brasil. Ele avaliou que o país sofre com o ataque das instituições financeiras, que travam o país. “Não tem economia que possa funcionar com esses juros extorsivos”, destacou.

O professor enfatizou que os trabalhadores brasileiros são vítimas de um verdadeiro massacre tributário, que o sistema brasileiro é um dos mais injustos do mundo, por atingir duramente o consumo e os salários. Bernardo Mançano fez um paralelo entre a luta de classes no campo e na cidade e disse que é preciso pensar a comida como um direito humano, assim como a terra e o trabalho.



Golpe impediu o Brasil que queremos

“O Brasil que queremos, nós quase concluímos, não fosse o golpe. Eu tenho a consciência de que construir o país que nós queremos é muito simples, desde que tenhamos a responsabilidade de ouvir o povo”, afirmou o ex-presidente Lula. “Eu fui o único presidente que saiu do Fórum Social Mundial e foi pra Davos. Duas esferas completamente antagônicas. Naquele instante, a discussão era exatamente o Brasil que queremos”, lembrou o ex-presidente.

Para Lula, se toda vez que tivesse escutado que não tem dinheiro aceitasse, não teria feito nada. “Nunca tem dinheiro. Mesmo assim, nós fizemos a maior revolução social desse país. Se tem governante que não sabe lidar com a crise econômica, posso garantir que tem gente que sabe”, disse.

Lula salientou que, em nenhum momento, a classe trabalhadora teve tantos aumentos reais de salário, de forma consecutiva, como nos 13 anos entre o seu governo e de Dilma. “Não há na história do Brasil um momento em que o salário mínimo cresceu tanto como neste período. Um dos motivos é a bancarização de mais de 70 milhões de pessoas, que passaram a ter conta bancária, passaram a ser tratadas como seres humanos”.

Lançamento do Livro

Ainda durante o terceiro painel do Seminário, o cientista político Emir Sader lançou o livro “O Brasil que queremos” (2016), de sua organização. A publicação reúne artigos de diversos temas e autores - como a democracia representativa, economia, Sistema Financeiro Nacional, tributação, sistema político, educação, saúde, meio ambiente e cultura, entre outros - na tentativa de debater questões do futuro do país.

Seminário aprofunda debate sobre a PLR e os programas próprios de remuneração

Seminário “PLR da categoria, do BB e da Caixa e as especificidades no Itaú e no Santander” reúne dirigentes sindicais e assessores dos sindicatos e federações na Contraf-CUT

O seminário “PLR na categoria bancária, no BB e na Caixa e as especificidades no Itaú e no Santander”, que aconteceu na sede da Contraf-CUT, em São Paulo, reuniu bancários de todo o Brasil, no dia 20 de julho deste ano. A categoria, que se preparava para a Campanha Nacional 2016, discutiu a legislação vigente sobre PLR no país e os programas específicos de remuneração variável das instituições bancárias. O seminário foi indicado para dirigentes e assessores dos sindicatos, federações e outras entidades ligadas ao movimento sindical.

Durante a abertura do encontro, Roberto von der Osten, presidente da Contraf-CUT, destacou que PLR

é um tema espinhoso, e com a conjuntura atual exige ainda mais mobilização e conhecimento dos bancários. “Em 1995, fomos a primeira categoria a conquistar a PLR na CCT. Mas hoje, a remuneração variável representa 19% do salário. Por isso, é um assunto que precisa de ampla discussão”.

A mesa de abertura do Seminário também contou Ernesto Izumi, secretário de formação da Contraf-CUT, Fabiana Uehara, secretária da Juventude, e Alberto Maranhão, diretor da Fetec CUT/ SP, parceira da Contraf-CUT na organização do evento. Todos ressaltaram a importância do debate e a participação dos bancários.

PLR da categoria

Apesar da PLR estar na Constituição desde 1946, só virou lei de fato em 2000. Após a explanação inicial dos dirigentes sindicais, o economista do Dieese, Gustavo Cavarzan apresentou um histórico referente à Participação nos Lucros e Resultados no Brasil e informações sobre a CCT específica de PLR da categoria bancária. No setor bancário, além da remuneração prevista em lei, as instituições também possuem seus próprios programas de participação nos resultados, o que não têm representado a garantia de distribuição justa dos lucros aos funcionários. “O pagamento de PLR está isento de encargos trabalhistas e previdenciários. Para o empresário é mais barato pagar PLR do que salário. Mas o trabalhador tem grande perda, quando vai

se aposentar, por exemplo, já que a remuneração não tem incidência tributária”, explica Gustavo.

Para Ernesto Izumi, secretário de formação da Contraf-CUT os debates com representantes de diversos bancos, públicos e privados, trouxeram informações relevantes, que devem ser aprofundadas em um próximo seminário sobre o tema:

“Foi uma iniciativa muito positiva. É muito importante os dirigentes entenderem como é calculada a PLR e como funcionam os programas próprios de remuneração, para que possam fazer o debate com os bancários. Precisamos também divulgar mais os processos e os resultados de negociações com os bancos sobre estes temas”, destacou.



Terceirização sem limite vira pauta prioritária do governo ilegítimo de Temer



Afrouxar a legislação trabalhista e retirar direitos da classe trabalhadora vem sendo as principais prioridades do governo ilegítimo de Michel Temer. E neste cenário político de constante ameaças aos direitos dos trabalhadores, volta à cena a terceirização sem limites.

Centrais sindicais e entidades da sociedade civil estiveram no dia 09 de novembro em Brasília para acompanhar a apreciação no plenário do STF da ação movida pela empresa Cenibra, exploradora e produtora de celulose de Minas Gerais. A ação tramita desde 2001 e o STF julgaria se é permitido ou não terceirizar as atividades-fim, ou seja, liberar geral a terceirização. A votação foi adiada sem data prevista, mas pode ser julgada a qualquer momento.

“Sem dúvida a mobilização das centrais teve seu peso nesta postergação. Mais uma vez os bancários e bancárias atenderam ao chamado da Contraf e da CUT. Vieram em massa para Brasília e tiveram um papel protagonista na manifestação e no resultado dela” afirma Roberto von der Osten, presidente da Contraf-CUT.

Pela legislação atual só é permitido terceirizar atividades-meio, como setores de segurança e limpeza, se o STF julgar constitucional a ação será permitida a contratação de trabalhadores terceirizados para qualquer tipo de função.

De acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os terceirizados ganham 25% menos, trabalham quatro horas a mais e ficam 2,7 anos a menos no emprego quando comparados com os contratados diretos.

Campanha contra a terceirização percorre todo o país

Por iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) e Legislação Participativa do Senado, foram realizadas 27 audiências públicas sobre a terceirização em 27 estados do país. Com a participação da Contraf-CUT e em parceria com o Fórum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, a ação também contou com ampla participação da sociedade civil, movimento sindical e movimentos sociais.

As atividades foram importantes para levar para a sociedade os males do PLC 30/15, que tramita na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, conhecida como Comissão da Agenda Brasil, no âmbito do Senado, cujo relator é o senador Paim, e que propõem uma regulamentação da terceirização no país.

“O projeto é terrível para a classe trabalhadora, pois propõem entre outras



atrocidades a liberação total e irrestrita da terceirização em qualquer etapa do processo produtivo de uma empresa”, ressaltou o secretário de Organização do Ramo Financeiro, Carlindo Dias de Oliveira, o Abelha.

Antes de chegar no Senado, o projeto tramitou por mais de 10 anos na Câmara, sob a denominação de PL 4330/04, cujo desfecho foi a autoritária aprovação da matéria em abril de 2015, devido a manobras do Eduardo Cunha, que teve o mandato cassado em setembro deste ano.

“Além de conscientizar a sociedade sobre os males do projeto, o objetivo dessa importante campanha, segundo o senador Paim, é subsidiá-lo na construção do relatório final sobre o projeto que será apresentado por ele na Comissão da Agenda Brasil no Senado, embasado nos interesses da classe trabalhadora”, destacou Abelha.

Bancárias intensificam a luta

Na luta pela igualdade de oportunidades, a Contraf-CUT publicou no mês de março de 2016, marcado por uma das maiores manifestações de luta da mulher trabalhadora dos últimos anos, a primeira edição da revista Bancárias em Foco, que destaca o empoderamento feminino e a luta na ampliação de direitos e oportunidades para as mulheres, o enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e da cidade.

No combate à violência, a Contraf-CUT também lançou neste mesmo ano, a terceira edição da cartilha da “Campanha de Prevenção ao Assédio Sexual no Trabalho”.

Segundo a secretária da Mulher da Contraf-CUT, Elaine Cutis, a criação de coletivos de mulheres nos sindicatos e a ampliação do debate na CUT também têm tido papel fundamental para avançar contra o preconceito. Estas frentes vêm sendo fortemente engrossadas pelas mulheres bancárias. O fato de ser mulher não pode representar tratamento desigual no mercado de trabalho, nem em qualquer outro segmento. “Apesar de muitas barreiras rompidas e da conquista de importantes avanços, ainda há uma longa estrada a ser percorrida em busca da igualdade entre homens e mulheres”.



1º Encontro Nacional da Juventude

Bancários criam Coletivo Nacional de Juventude da Contraf-CUT

Durante o 1º Encontro Nacional da Juventude, organizado pela Contraf-CUT realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema, na grande São Paulo, entre os dias 17 e 18 de agosto, os jovens bancários de todo o Brasil criaram o Coletivo Nacional de Juventude.

Com a novidade, a Contraf-CUT orienta que todas as federações e sindicatos criem secretarias de coletivos de juventude. “As direções das entidades de todo o país necessitam de renovação nas suas direções. A hora da juventude é agora e não o amanhã”, afirmou Fabiana Uehara, secretária da Juventude da Contraf-CUT.

Durante os dois dias de encontro, também foi debatido a importância dos jovens ocuparem os espaços nas entidades internacionais, como a UNI Américas. “Temos que trabalhar como rede, já que uma grande parcela das instituições é global. A rede significa troca de experiências, informações e conhecimento. E quanto mais agregarmos na luta coletiva mais conquistas teremos independente do lugar onde estamos”, completou Fabiana.

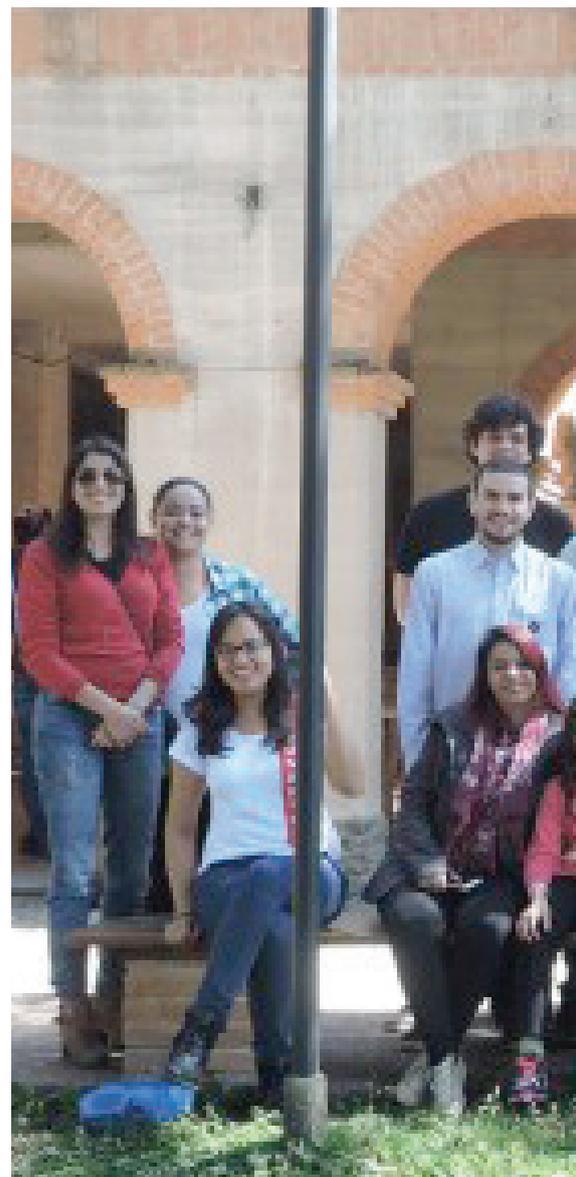
Os jovens dirigentes sindicais do ramo financeiro de todo o país assistiram palestras sobre a atual conjuntura econômica e política do Brasil e a reestruturação produtiva em curso nos bancos que afetam e afetarão o jovem trabalhador bancário. Também ouviram experiências de organização e de empoderamento dos jovens

no movimento sindical em outras categorias.

Para Silvio Ferreira, secretário de Juventude da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), o planejamento com o olhar da juventude é estratégico e de fundamental importância para o envolvimento da juventude bancária no processo. “Principalmente quando a gente olha o que vem pela frente, com o retrocesso que vem com esse governo golpista e suas reformas, tanto a previdenciária, como a trabalhista, além das minirreformas que já foram aprovadas. Existe uma dificuldade muito grande para a classe trabalhadora e, principalmente, para a juventude trabalhadora. Porque todas essas medidas confrontam os avanços sociais que a gente teve na última década”.

Ele ainda completou. “Um debate dessa forma com a juventude bancária é assertivo principalmente por ser com os dirigentes que estão começando agora. “Serve como exemplo para os demais ramos. O movimento sindical só vai ser de fato representativo, quando conseguir ter em seus espaços a pauta da juventude”.

Já Carlos Guimarães, coordenador da Juventude da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), divide a importância em dois pontos. “A primeira é fundamental para poder organizar os jovens que já estão nas entidades sindicais e também para que esses



jovens ajudem, a nível nacional, a organizar os coletivos no seu estado. Assim formando uma rede, para que ele possa trabalhar em conjunto não só as pautas da juventude, mas também as pautas do ramo em discussão e as pautas da classe trabalhadora”.

De acordo com Marcelo Rodrigues, presidente da CUT RJ, o movimento sindical faz poucos eventos voltados para a juventude de fato. “Parece que o movimento esquece que a classe trabalhadora está renovando a cada dia. Então cada evento novo, cada momento novo que a gente pode estar trazendo a juventude, que sabe o que é ser jovem e estar no mercado de trabalho, é fundamental”.

Grupo foi criado durante Encontro de Planejamento da Secretaria Nacional de Juventude



A Contraf-CUT orienta as federações e sindicatos a criarem secretarias e coletivos de juventude

Curso de Negociação Coletiva de Saúde reúne dirigentes bancários de todo o Brasil



Mais de 50 dirigentes sindicais de todo o Brasil, que participaram do Curso de Negociação Coletiva de Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador Bancário, nos dias 26, 27 e 28 de julho, na Escola Dieese de Ciências do Trabalho, em São Paulo, debateram sobre o que são os direitos humanos, as razões da saúde ser equiparada a esse direito fundamental, aos direitos de cidadania e também a conceituação de saúde como direito indisponível.

Walcir Previtalo, secretário de Saúde da Contraf-CUT, lembrou que a Saúde do Trabalhador(a), na verdade, não se negocia em sua totalidade. Prevalece o princípio da defesa da saúde dos trabalhadores. “Entretanto, podemos negociar de forma coletiva, respeitando os princípios que regem a Saúde dos Trabalhadores, respeitando o patamar mínimo das leis e privilegiando questões relacionadas a processos e organização do trabalho, condições de trabalho, políticas de prevenção de acidentes, de doenças e promoção da saúde”.

Para Ernesto Izumi, secretário de Formação da Contraf-CUT, a indicação é viralizar este tipo de curso sobre as condições de vida e trabalho, relações, organização e gestão do trabalho. “Nosso princípio para formação sindical é trabalhar em rede, como a CUT orienta. É possível ajudar as diversas secretarias da Confederação a fazer este tipo de cursos de formação sindical.”

Durante os três dias, dirigentes sindicais, secretários de saúde e membros das Comissões de Organização dos Empregados - COEs, indicados pela Contraf-CUT debateram os temas: Saúde, trabalho e ação sindical, Espaços de Intervenção sindical em saúde do

trabalhador e Plano de ação sindical dos bancários 2016.

Os dirigentes tiveram a oportunidade de conhecer os métodos para problematizar os conceitos de saúde e doença e suas determinações sociais. O curso possibilitou aos participantes uma reflexão sobre a relação entre trabalho e processo saúde-doença dos (as) trabalhadores (as) e também uma análise do trabalho para além da noção de “riscos ocupacionais”, discutindo as condições de vida e trabalho, relações de trabalho, organização e gestão do trabalho.

Leonor Poço, assessora jurídica da Contraf-CUT e especialista em Direitos Humanos, explicou que negociar temas relacionados a saúde do trabalhador não é a mesma coisa que negociar salários, por exemplo. “Na verdade, ao se discutir com o setor patronal questões relacionadas à saúde dos trabalhadores, o patamar mínimo colocado é a lei. E como a lei deve ser cumprida por todos os empregadores, então, o que podemos negociar é o que estaria acima da lei, questões mais vantajosas para os trabalhadores e respeitando os princípios norteadores”, destacou

O curso foi uma iniciativa da Secretaria de Saúde do Trabalhador da Contraf-CUT e da Secretaria de Formação Sindical.

Walcir Previtalo contou que foi motivado pelas várias reuniões do Coletivo Nacional de Saúde do Trabalhador. “Ao analisarmos as posições políticas do setor patronal em mesas de negociação, constatamos que os bancos e a Fenaban tratam a saúde dos trabalhadores como se fosse de sua propriedade, de forma unilateral e individualista. A participação dos trabalhadores e de seus representantes nas políticas de saúde desenvolvidas pelos bancos se resume a um traço, ou seja, não existe



Saúde do Trabalhador como Direito Humano é destaque no Curso de Negociação Coletiva

uma participação efetiva conforme previsão nas normas que regulam a matéria.”

Entre os temas debatidos no curso estavam a análise do processo saúde-doença em suas dimensões física e psíquica; Entender que a Saúde é um dos Direitos Humanos; Compreender a conjuntura política brasileira para a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (mudanças no SUS, Previdência Social, FAP, direitos dos trabalhadores, avanço da terceirização e precarização, etc.); Discutir as possibilidades de atuação nos diferentes espaços de ação sindical (local de trabalho; negociação coletiva e nos diferentes espaços das políticas públicas); Reconhecer e avaliar os espaços institucionais de luta sindical pela Saúde do(a) Trabalhador(a); e elaborar um Plano de Ação Sindical dos Bancários em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

A Contraf-CUT pretende realizar cursos deste tipo para outras áreas, com o objetivo de qualificar a atuação dos dirigentes sindicais das entidades filiadas.

Princípios que regem a Saúde dos Trabalhadores

- Saúde como direito humano fundamental;
- Participação dos trabalhadores e de seus representantes em políticas de saúde do trabalhador.
- Acesso e transparência de informações acerca da saúde dos trabalhadores
- Não delegação da saúde dos trabalhadores
- Saúde se defende;
- Saúde como direito indisponível;
- Limitação do poder direto do empregador.

III Fórum Nacional pela Visibilidade Negra no Sistema Financeiro discute propostas para combater o racismo



Os bancários de todo o país debateram o combate à discriminação racial nos bancos durante o III Fórum Nacional pela Visibilidade Negra no Sistema Financeiro, realizado nos dias 11 e 12 de abril, em Curitiba.

Os participantes do Fórum destacaram as cláusulas de Igualdade de Oportunidades contidas na Minuta de Reivindicações da categoria e discutiram possíveis melhorias de redação, além de novas propostas de combate ao racismo nos bancos. “Os bancos continuam com suas políticas discriminatórias, tanto na contratação, como na ascensão profissional e na remuneração, em que os negros ganham somente 87% do total dos salários dos brancos. Isso mostra que temos uma luta árdua pela frente, para acabar com essa discriminação na categoria e adequar a nossa realidade. Mas não podemos esquecer que os bancários têm sido protagonistas nas lutas pela igualdade de oportunidades e pelo fim de todas as formas de preconceito. Por isso, aprovamos no Fórum a contratação de 20% de negros e negras por segmento”, destaca Almir Aguiar, secretário de Combate ao Racismo da Contraf-CUT.

Troca de experiências e novas propostas marcaram evento em Curitiba



Carta de Compromissos

Os participantes aprovaram uma Carta de Compromissos do III Fórum Nacional pela Visibilidade Negra no Sistema Financeiro, contendo várias diretrizes a serem seguidas para o combate ao racismo e à discriminação no Sistema Financeiro. “A Carta de compromissos tem uma série de lutas, como a reivindicação pelo feriado nacional em 20 de novembro, campanhas pela efetivação das Convenções 100 e 111 da OIT, que tratam da igualdade de condições de trabalho e combate à discriminação racial, além de outras propostas. Fechamos o documento repudiando o ato de intolerância religiosa onde a imagem de Oxalá na Praça dos Orixás na Prainha em Brasília, DF, foi queimada na noite do dia 10 de abril. A mesa com experiências das entidades sindicais foi fundamental para ampliar e unificar as nossas lutas, com certeza,

depois deste Fórum, estaremos qualificando nossas ações”, disse Almir Aguiar.

Para Júlia Nogueira, secretária Nacional de Combate ao Racismo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), os sindicatos cutistas têm conseguido fazer ações articuladas de combate ao racismo e à discriminação. “Historicamente, foi a partir dos anos 1990 que começamos a sentir a necessidade de ter um olhar sobre a questão da raça no mundo do trabalho. Até que, em 2009, criamos a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo na CUT. Atualmente, uma das nossas grandes preocupações é fazer memória das ações desenvolvidas. Toda experiência da construção coletiva deve ser registrada para que possa ter sequência no futuro”, resumiu.

Só a luta te garante!

Bancários constroem campanha de mídia forte e com grande poder de mobilização

“Só a luta te garante!”, para o Coletivo Nacional de Imprensa dos Bancários essa frase é a que melhor refletiu o cenário de crise econômica, de instabilidade política, de violentos ataques aos trabalhadores vivido no Brasil em 2016. Ela foi construída em sete reuniões com dirigentes sindicais e profissionais de comunicação das federações, dos sindicatos, da Fenae e da Contraf-CUT.

Um mote tão forte precisava de uma imagem tão grandiosa quanto, para chamar os bancários a reverter esta conjuntura desestimuladora e entrar numa negociação com o setor que mais lucra na economia do país. A delicadeza de uma rosa vermelha foi escolhida para lembrar as discriminações que as pessoas sofrem nos bancos. Símbolos que representam igualdade, resistência, luta e tolerância completaram a construção.

O secretário de imprensa da Contraf-CUT, Gerson Carlos Pereira, revelou que a mídia é o resultado de reuniões do Coletivo Nacional de Imprensa, que reúne representantes de federações e sindicatos de todo o Brasil. “Nós debatemos a conjuntura nacional política e econômica e analisamos a melhor forma de nos comunicar com toda a sociedade, para conquistar os bancários a aderirem nossa luta”.



Reunião do coletivo de imprensa na Contraf-CUT



Audiovisual inova Campanha Nacional dos Bancários

A Rede de Comunicação Nacional dos Bancários trouxe uma novidade neste ano: realizou transmissão via TV Web, e reportagens em vídeo dos principais momentos e opiniões sobre a Campanha Nacional 2016.

“Esta cobertura representou mais um grande avanço na comunicação dos bancários, o que proporcionou viralizar as informações, ampliando a cobertura e fortalecendo as mobilizações e a luta nacional da categoria”, destaca Gerson.

Para assistir aos vídeos, basta acessar o link multimídia do site contrafcut.org.br.



FERRAMENTAS DE MÍDIA AMPLIAM A COMUNICAÇÃO DOS BANCÁRIOS



FAÇA A
DIFERENÇA



FEDERAÇÕES
E SINDICATOS

Revista dos Bancários

**Presidente**

Roberto Antonio von der Osten (Itaú Unibanco/PR)

Vice-presidenta

Juvandia Moreira Leite (Bradesco-SP)

Secretaria-geral

Carlos de Souza (Banco do Brasil/RJ)

Secretaria de Finanças

Sérgio Hiroshi Takemoto (Caixa/SP)

Secretaria de Imprensa

Gerson Carlos Pereira (Bradesco/SP)

Secretaria de Relações Internacionais

Mario Luiz Raia (Santander/SP)

Secretaria de Saúde do Trabalhador

Walcir Previtali Bruno Dantas de Oliveira (Bradesco/SP)

Secretaria de Formação

Ernesto Shuji Izumi (Banco do Brasil/SP)

Secretaria de Organização do Ramo Financeiro

Carlindo Dias de Oliveira, Abelha (Bradesco/MG)

Secretaria de Assuntos Jurídicos

Mauri Sergio Martins de Souza (Itaú/SP)

Secretaria de Assuntos Socioeconômicos

Rosalina do Socorro Ferreira Amorim (Banco do Brasil/PA)

Secretaria de Políticas Sindicais

Gustavo Machado Tabatinga Junior (Banco do Brasil/CE)

Secretaria da Mulher

Elaine Cutis Gonçalves (Bradesco/SP)

Secretaria de Relações do Trabalho

Mauro Salles Machado (Santander/RS)

Secretaria de Políticas Sociais

Fabiano Paulo da Silva Junior (Bradesco/RJ)

Secretaria da Juventude

Fabiana Uehara Proscholdt (Caixa/DF)

Secretaria de Combate ao Racismo

Almir Costa de Aguiar (Bradesco/RJ)

Diretores Executivos

Barbara Peixoto de Oliveira (Caixa/DF)

Adilson Claudio Martins Barros (Bradesco/RJ)

Andrea Freitas de Vasconcelos (Bradesco/RR)

Carlos Alberto Cordeiro da Silva (Itaú/SP)

Deise Aparecida Recoaro (Santander/SP)

Enilson Cardoso da Silva (Caixa/DF)

Lúcio Mauro Paz Barros (Bradesco/RS)

Miguel Pereira (Bradesco/RJ)

Suplentes

Maria da Conceição Bezerra (Itaú/RN)

Sérgio Siqueira (Bradesco/SP)

Maria Rita Serrano (Caixa/SP)

Gilmar Cabral Aguirre (Caixa/RS)

Alan Patrício Menezes Silva (Bradesco/PE)

Manoel Elídio Rosa (Itaú/SP)

Rafael Marinho Duarte (Itaú/RJ)

Ademir José Wiederkehr (Santander/RS)

Sonia Maria Rocha (Bradesco/MT)

Publicação de responsabilidade da Contraf/CUT

Secretário de Imprensa: Gerson Carlos Pereira

Redação: Soraya Paladini, Nilma Padilha, Maria Ester Costa e Rodrigo Zevzikovas.

Projeto gráfico e diagramação: Capsula (capsuladigital.com.br)

Impressão: Bangraf (11) 2940-6400

Tiragem: 24.000 exemplares.

Revista dos Bancários | Edição Novembro – Retrospectiva/2016

Rua Líbero Badaró, 158, 1º andar

Centro – São Paulo, SP – CEP: 01008-000

Fone: (11) 3107-2767

www.contrafcut.org.br

contrafcut@contrafcut.org.br

A **TOLERÂNCIA** e o **RESPEITO** estão representados no coração.

A **LUTA** que deve ser contínua está na forma de uma espiral crescente.



SÓ
A LUTA TE
GARANTE

A **IGUALDADE** está representada na simbologia do "8", que tem a ideia no significado do infinito

A **RESISTÊNCIA** está representada na simbologia do galho e dos espinhos, o que mantém e sustenta toda a-luta.

CAMPANHA
NACIONAL DOS
BANCÁRIOS 2016



FEDERAÇÕES
E SINDICATOS